



Contra toda violência

- Ana Maria Motta Ribeiro
- Anselmo Souza
- Fernando Henrique Barcellos
- Flávio Alves Serafini
- Janaína Tude Sevá
- Juliana Gomes Moreira
- Dom Mauro Morelli
- Michel Misse
- Ordep Serra
- Orlando Fantazzini
- Paulo Cesar Pontes Fraga
- Rodolfo Lobato da Costa
- Xavier Plassat

EDIÇÃO ESPECIAL

Revista bimestral de KOINONIA
 Maio/junho de 2002
 Ano 24 nº 323

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129
 22211-230 Rio de Janeiro RJ
 Telefone (21) 2224-6713
 Fax (21) 2221-3016
 E-mail koinonia@koinonia.org.br
 www.koinonia.org.br

CONSELHO EDITORIAL

Emir Sader
 Francisco Catão
 Joel Rufino
 Maria Emília Lisboa Pacheco
 Maria Luiza Rückert
 Sérgio Marcus Pinto Lopes
 Yara Nogueira Monteiro

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Rodrigues Brandão
 Ivone Gebara
 Jether Pereira Ramalho
 Jurandir Freire Costa
 Leonardo Boff
 Luiz Eduardo Wanderley
 Rubem Alves

EDITOR

José Bittencourt Filho

ORGANIZADOR DESTE NÚMERO

Rafael Soares de Oliveira

EDITORA ASSISTENTE E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Helena Costa
 Mtb 18619

EDITORA DE ARTE E DIAGRAMADORA

Anita Slade

COPIDESQUE E REVISOR

Carlos Cunha

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Mara Lúcia Martins

CAPA

Ilustração de Calicut

PRODUÇÃO GRÁFICA

Roberto Dalmaso

FOTOLITOS

GR3

IMPRESSÃO

Reproarte

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso
 R\$ 3,50

Assinatura anual
 R\$ 21,00

Assinatura de apoio
 R\$ 28,00

Assinatura/exterior
 US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

KOINONIA

Da missão ecumênica

6

CONTRA TODA VIOLÊNCIA

MERCADORIAS

O Movimento: redes do mercado de drogas

7

Michel Misse

ESCALADA

Violência no Brasil e vínculos com a organização criminal

13

Paulo Cesar Pontes Fraga

DÍVIDAS

Trabalho escravo: vidas roubadas

18

Xavier Plassat

SUSTENTABILIDADE

A violência da fome

21

Dom Mauro Morelli

CLAMOR

Candomblé e intolerância religiosa

24

Ordep Serra

REORDENAMENTO

“Desagriculturização” e exclusão social

26

Ana Maria Motta Ribeiro e Fernando Henrique Barcellos, Flávio Alves Serafini, Janaina Tude Sevá, Juliana Gomes Moreira, Rodolfo Lobato da Costa

CONTROLE

Comunicação como direito humano

31

Orlando Fantazzini

BURLA

Um duro golpe nos trabalhadores

35

Anselmo Souza

TEOLOGIA

Violência: quem és?

28

Ivone Gebara

DIGNIDADE HUMANA E PAZ

Para superar a violência

39

RUBEM ALVES

Anjos

41

SUPLEMENTO

O sonho ecumênico

Negar ao cidadão ou a qualquer ser humano

a defesa contra situações de violência, dessas que temos encontrado no cotidiano brasileiro, é sob qualquer ângulo um absurdo. Ainda mais se temos acesso às entranhas da constituição de redes de violência e tráfico e informações sobre a lógica relação que essas estabelecem com as comunidades onde se instalam e com seus clientes.

No entanto, no açoitado das turbulências do que se convencionou chamar de violência perde-se a noção da quantidade de violações de direitos que se sucedem com a mesma rapidez. Ofusca-se toda ordem de violentação na produção continuada de excluídos e de massas sem vínculos com a garantia de sua existência de forma digna. Um olhar amplo se faz necessário para além daquele que se resigna a identificar como violência aquela que se produz nos brutais fenômenos da quase guerra civil que se vive nas grandes cidades brasileiras. Visão que perceba a vida em sua integralidade e os seres humanos vivendo em coletividades e em relações – não como indivíduos isolados.

Não repetiremos aqui um chavão surrado de que a violência tem como causa a pobreza e indiretamente culpar os pobres por todos os males do fato de apenas estarem vivos. Voltar as atenções contra a violência é percebê-la, fundamentalmente, como violação de direitos... Direitos humanos dos indivíduos certamente mas, mais que isso, direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESC-A) – direitos que, somados aos individuais, definem a sobrevivência de coletividades.

A face perversa e obscura da violência está presente na convivência da coisa pública com a corrupção e o narconegócio, mas a sua face aberta e reconhecida internacionalmente se traduz em políticas de estado – que retiram direitos conquistados da constituição em nome do financiamento internacional – e de sua sede de governabilidade conservadora.

A força subterrânea da luta por direitos tem sido a reação da sociedade a mecanismos e contextos políticos planejados sem contar com a existência de seres humanos ou pior, apesar deles, sem o mínimo respeito à diferença – caso notório das manifestações de intolerância religiosa... Daí, que passar os olhos pela tensão entre a adversidade e a necessidade de reação e de denúncia de situações de violação de direitos, anuncia a força do sonho de igualdade e democracia plena no Brasil.

Assim compartilhamos com os leitores, na reflexão, nossos sonhos de um Brasil sem violência, sem trabalho escravo, sem fome, sem intolerância religiosa, sem carência de trabalho e sem controle sobre as comunicações...

A fim de somarmos as vozes capazes de afirmar que para superar a violência é preciso interromper toda violação de direitos.

KOINONIA é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, KOINONIA tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros) acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecumênicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões de exclusão e da submissão humana, KOINONIA (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumênico e quer fazer-se sempre presença e serviço.

É com alegria que vos escrevo. Sou membro da Pastoral universitária aqui do Ceará e atualmente também participo das atividades relacionadas à Pastoral da Juventude. Conheci TEMPO E PRESENÇA quando estagiava em Direitos Humanos na Câmara Municipal e logo assinei a revista. Gostei muito do enfoque interdisciplinar e analítico dos temas tratados, bem como da abordagem ecumênica nela existente. Assinei-a entre os anos de 95 e 97 e logo ela me foi bastante útil em meu trabalho acadêmico e pastoral. E agora, depois de 5 anos pretendo assiná-la novamente. Como proceder? Quais as formas de pagamento e o valor da assinatura anual? Espero receber as respostas necessárias. Para novamente voltar a assiná-la.

Com um abraço afetuoso

Raimundo Mattos Filho

Fortaleza/CE

Após alguns meses de atraso, desejo continuar recebendo vossa renomada revista, que para mim serve no trabalho educativo que desenvolvo no meio rural capixaba. Quem trabalha na educação, em um país que não valoriza quem busca ajudar o meio onde vive, com atrasos de salários de até 5 anos, é difícil acreditar que "educar é um ato de amor" como dizia o mestre Paulo Freire.

Um abraço

Sérgio Zamberlan

Anchieta/ES

Sou um dos assessores da PJ de minha Paróquia. O motivo pelo qual lhes escrevo esta carta, é que eu obtive a informação sobre a revista TEMPO E PRESENÇA, e me interessei em conhecê-la. Gostaria, se fosse possível, que vocês mandassem 1 ou 2 exemplares atuais da revista (gratuitos). Se a revista for do agrado de minha Paróquia vocês terão muitas novas assinaturas.

Joel da Silva Freitas

Sumaré/SP

Aproveito a oportunidade para parabenizar a vocês pelo excelente conteúdo da revista, que muito nos auxilia na caminhada e no trabalho pastoral.

Carlos Alberto de Oliveira

Caldas Novas/GO

Primeiramente desejo parabenizá-los pela revista, pela escolha dos articulistas e assuntos tratados, pois são muito interessantes, principalmente os números sobre o ecumenismo eclesial. Bom, venho por meio desta perguntar se vocês têm algum plano de venda de números anteriormente publicados, e se vocês poderiam me enviar uma relação dos mesmos com os temas de cada número

Edison Minami

São Paulo/SP

Da missão ecumênica



Vivemos, diz-se, na Pós-Modernidade, uma expressão ambígua, sujeita às mais diferentes e contraditórias definições. Sua articulação quer significar, fundamentalmente, dentre outras coisas, que os pressupostos epistemológicos e científico-metodológicos que caracterizaram até aqui a Modernidade, parecem ter chegado ao ponto máximo de saturação e esgotamento e que, por isso, o começo de um novo período histórico já se avizinha no horizonte da experiência humana. Já com certa desenvoltura falamos em economia global e vemos o mundo como uma “aldeia global”. Caminhamos para a constituição de uma cultura transnacionalizada graças aos “milagres” da cibernética, da mídia, do *marketing* e sobre as bases de uma sociedade de consumo altamente sofisticada.

O que significa falar de missão cristã num contexto complexo e diverso como este? Na medida em que os símbolos religiosos são pervertidos, transformando-se em produtos de consumo à disposição de todos, que sentido tem e que tarefas são exigidas dos seguidores da contracultura inaugurada por Jesus?

PAUTAS PARA UMA NOVA MISSÃO

As Igrejas, com suas variadas agências de autopropagação, autopreservação e de serviços à sociedade, que se constituem e se expressam nas comunidades celtas locais, nos diferentes organismos ecumênicos, nas entidades ecumênicas de serviço e nas múltiplas agências de cooperação, estão sendo desafiadas a assumir, com humildade e perseverança, a implementação de um novo modelo de discipulado, de modo a tornar seu testemunho do Reino pertinente

às novas condições históricas que atravessamos. Os tempos são confusos e as visões que nos suscitam são na maioria das vezes, difusas.

Repensar a missão dos seguidores de Jesus, nestes tempos de Pós-Cristandade, isto é, de fim da vigência hegemônica do Cristianismo, e de transição para um novo período civilizacional ainda não claramente definido, implica que levemos em consideração, com urgência e seriedade, alguns dilemas cruciais:

- Como reconhecer e manter as riquezas humanizadoras de nossa tradição cristã?
- Como celebrar a diversidade, se fomos treinados a considerar o diferente como ameaça e perigo?
- Como resistir à dominação se as estruturas de sentido, nossos símbolos mais fundamentais, são articulados para a projeção de (contra) valores antilibertários?

Fazer frente a tais questões exige de nós um esforço coletivo para a elaboração de novos parâmetros para a missão a partir do modelo ético-existencial plasmado pelo Jesus dos evangelhos. Podemos perceber algumas linhas de força que, já explicitadas em alguns colóquios ecumênicos e, de modo especial, na “Conferência sobre Justiça, Paz e Integridade da Criação”, patrocinada pelo Conselho Mundial de Igrejas, em Seul, Coreia em 1992, podem dar corpo a uma nova proposta de ação missionária:

- A busca da justiça do Reino é o fundamento primeiro da missão dos seguidores de Jesus. As flagrantes e escandalosas expressões de injustiça que permean e sustentam as relações entre os

humanos, de forma alguma, podem ser aceitas e muito menos toleradas pela comunidade cristã.

- A missão, para ser fiel ao Espírito de Jesus, deve basear-se no diálogo com as outras manifestações religiosas, partindo da dura realidade dos que sofrem as consequências das estruturas históricas de dominação.

- Se a missão é entendida como serviço aos outros e não como conquista e dominação, deve acolher o diferente com admiração e respeito, pois nele o Deus de Jesus se faz presente.

- A mensagem do Reino, que Jesus apreço, comporta uma dimensão cósmica, não se destina apenas aos humanos, mas à totalidade da criação que está sempre sob os cuidados do Pai. Assim é missão dos seguidores de Jesus cuidar da terra como o lar comum da humanidade.

- Se na perspectiva cristã Deus se ocupa dos humanos com compaixão e com amor, é parte essencial da missão a atenção e o cuidado com as necessidades físicas de todos, especialmente as dos famintos.

- A não-violência e a promoção da paz, do *shalom* de Deus, assim como o perdão, a reconciliação e o amor aos inimigos, constituem elementos decisivos da agenda ética de Jesus. A missão de seus seguidores, em sua tríplice dimensão – testemunho, serviço e proclamação – implica o exercício pleno destes valores éticos. Ou seja, a missão ao dissentir, como Jesus, das normas desumanizadoras que organizam as sociedades, a partir do poder de alguns sobre os demais, assume uma dimensão *cruciforme*, ou então, deixa de ser a missão do Filho do Homem. ☪

O Movimento: redes do mercado de drogas

Michel Misse

"Comandos" e "falanges" nascidas da solidariedade na prisão, tinham a ver com o aprendizado de presos comuns dos presos políticos e se espalharam para fora dos presídios, produziram solidariedade nos espaços das favelas no meio de mil carências e até evoluíram do "mandonismo" simpático para a "tirania segmentada" das disputas de território

Designa-se por *Movimento*, no Rio de Janeiro, o mercado informal ilegal de drogas (principalmente maconha e cocaína) que se espalha, no varejo, nas aglomerações urbanas de baixa renda (favelas, conjuntos habitacionais de baixa renda e bairros de periferia). O Movimento, já com esse nome, remonta aos anos 60, mas o varejo da maconha nos morros do Rio recua até muito antes (Misse, 1999).

O que caracteriza o Movimento e o distingue do varejo de drogas em outras cidades brasileiras é sua relativa organização local, suas pretensões protopolíticas, sua capacidade de reorganizar-se localmente e, principalmente, de constituir redes horizontais de proteção mútua. À diferença do varejo de drogas em grandes cidades de outros países, o Movimento não se subordina diretamente nem aos grandes atacadistas nem a organizações verticais de base familiar ou patrimonialista, como as máfias. Embora sua organização local tenha, muitas vezes, uma base familiar nas posições-chave do varejo, ela raramente ultrapassa o 'dono' ou o 'gerente geral' do negócio. Por outro lado, a organização das redes é mais fragmentada e vulnerável do que muitas vezes se pensa. Como, então, foi possível uma tão grande acumulação de grupos e redes no Rio de Janeiro nas últimas três décadas, sem que esse crescimento pudesse ser remetido à subordinação do Movimento a grupos estratégicos do

crime organizado (máfias, cartéis, e outros)? O volume de violência que se associa a esse mercado, muito maior que o de outras grandes cidades de outros países, também precisaria ser explicado, já que os efeitos de violência do mercado ilegal de drogas não são os mesmos em toda a parte.

Pretendo abordar essa questão, neste trabalho, propondo três níveis de argumentação: o primeiro é histórico e se refere à constituição e acumulação das redes; o segundo, mais antropológico ou microsociológico, trata da questão da oferta de jovens para trabalhar nesse mercado e a relação do tráfico com as comunidades locais; o terceiro, sociológico, propõe uma explicação baseada na sobreposição de dois mercados diferentes de bens ilícitos.

A CONSTITUIÇÃO DAS REDES DO MOVIMENTO

Até que o Movimento se transformasse no principal foco de interesse da segurança pública no Rio de Janeiro, o jogo do bicho foi o mercado ilícito mais importante, tradicional e poderoso, o que mais se aproximou de uma organização de tipo mafioso. Sua capacidade de atração de força de trabalho proveniente do submundo criminal sempre foi grande e sua força política cresceu durante o regime militar (1964-1985), assim como sua relação com a polícia, razão de muitos escândalos públicos. A estrutura desse

mercado, inicialmente fragmentada, alcançou o estágio de territorialização (divisão da cidade em “áreas” oligopolizadas por um “banqueiro”) ainda nos anos 1950, mas permaneceu sem uma coordenação geral até que se constituísse a chamada “cúpula” do jogo do bicho, por volta de 1980. A concorrência dos sorteios federais e estaduais (loteria esportiva, sena, raspadinhas, etc), a partir de meados dos anos 1970, fez declinar a demanda, mantendo-a atualmente num patamar bem mais baixo que o existente até então e enfraquecendo a posição dos “bicheiros”. O jogo do bicho é atualmente tolerado, mas perdeu a centralidade da atenção pública para o tráfico de drogas desde meados dos anos 1980. Os efeitos de violência do jogo do bicho foram grandes durante as décadas de 1950 e 1960, mas declinaram sensivelmente após a organização da “cúpula”, ainda que eventualmente se manifestem.¹

O mercado de drogas, até meados de 1960, concentrava-se mormente no varejo da maconha, consumida principalmente nas franjas do “submundo” criminal pelos que eram rotulados de “maconheiros”: zonas de prostituição, cais do porto, quadrilhas de assaltantes residentes em favelas, detentos de penitenciárias, toda uma gente que era representada socialmente como formada por “malandros” e “marginais”. A partir de meados de 1960, o perfil dos consumidores começa a se modificar com o crescente interesse (interpretado então como “contra-cultura”) de jovens artistas, intelectuais e de universitários de classe média com os efeitos de alteração da consciência e de ritualização do consumo em pequenos grupos que a maconha proporcionava (Velho, 1975). A cocaína, que sempre foi consumida (embora em muito pequena escala) nas elites, continuava

cara e de acesso mais difícil até à metade dos anos 1970 e seu consumo nas áreas de baixa renda continuava eventual e numa escala bem menor que o consumo da maconha.

Não foi a demanda, mas a enorme oferta e a redução dos preços a varejo, o principal responsável pela crescente substituição da maconha pela cocaína no varejo das áreas de baixa renda da cidade, a partir do final de 1970. O aumento da oferta deveu-se à consolidação das rotas do tráfico internacional da Bolívia e do Paraguai, através dos aeroportos do Paraná, de São Paulo e do Rio de Janeiro, com destino à Europa, consolidação que se deu a partir da entrada da Colômbia na produção (e não mais apenas na distribuição) de cocaína e do incremento da tradicional produção peruana. Inicialmente “pedaços” das partidas internacionais, a oferta a baixos preços terminou por alimentar um novo mercado consumidor no eixo Rio-São Paulo, o qual novos agentes atacadistas se especializaram em prover regularmente. As redes de varejo, constituídas no comércio da maconha, e cuja lucratividade era relativamente baixa, ganharam o interesse de atacadistas e intermediários da oferta de cocaína. Foi sobre essa base, já montada, mas ainda não constituída em redes, que a cocaína chegou às favelas e a outras áreas pobres, a um preço acessível e ainda sem maiores complicações com a polícia. A capitalização dos primeiros grandes “donos”, no entanto, não foi gerada pelo comércio de maconha. Ela veio dos assaltos a bancos e a outras instituições financeiras, incrementados durante os anos de 1970.

Durante toda a década de 1970, em pleno regime militar, sob o Ato Institucional 5 e a Lei de Segurança Nacional, os assaltantes transitaram do roubo avulso de veículos, a postos de ga-

A capitalização dos primeiros grandes “donos”, no entanto não foi gerada pelo comércio de maconha. Ela veio dos assaltos a bancos e a outras instituições financeiras, incrementados durante os anos de 1970

solina, a caminhões transportadores de gás e outras mercadorias, e às tesourarias de empresas médias nos dias de pagamento de seus funcionários (que crescera significativamente durante os anos 1960), para o roubo de bancos, carros fortes e grandes empresas. É verdade que houve um “efeito-demonstração” da guerrilha urbana, que influenciou essa transição, mas a tendência dessa passagem no crime comum já era detectável desde o início de 1960. De resto, o perfil social do assaltante de bancos já não era o mesmo dos “malandros” e “marginais” do passado: muitos eram casados, com filhos, possuíam primeiro grau ou segundo grau incompleto e não poucos tinham formação religiosa mais rígida.

Também sob a influência da guerrilha urbana, agora através do contato intermitente com presos políticos e do “efeito demonstração” de suas lutas por direitos dentro das penitenciárias, os assaltantes de bancos, igualmente enquadrados na Lei de Segurança Nacional, criaram, por volta de 1979, uma organização a que chamaram “Falange Vermelha”, com o objetivo de diminuir a violência na solução de conflitos dentro dos presídios, aumentar a solidariedade entre os presos e reivindicar direitos na prisão – como fizeram os presos políticos. A anistia política, decretada naquele ano, não os



A Pedra da Gávea à direita, o mar ao fundo, a favela em primeiro plano, prédios de luxo ao longe: "cidade-maravilha / purgatório da beleza e do caos"

beneficiava e pela primeira vez assaltantes e presos comuns passaram a utilizar-se de argumentos políticos e econômicos para neutralizar suas práticas criminais e, até justificar sua tentativa de formar uma organização (Coelho, 1988; Coelho, 1992).

De uma organização interna aos presídios, a Falange Vermelha passou a estender suas redes aos criminosos que continuavam a atuar em liberdade na cidade. As dissensões entre os presos comuns deram origem a outros coletivos, "Falange do Jacaré", "Falange Zona Sul", etc. Com base na compra de "mercadorias políticas" (proteção, liberdade mediante fugas, armas reservadas às forças armadas), muitos desses assaltantes deixaram, entre

1981 e 1986, os presídios e aumentaram suas ações armadas na cidade, transitando agora do roubo a bancos e carros-forte (cada vez mais arriscado) ao tráfico de drogas (cuja repressão era ainda menor). O custo das mercadorias políticas e sua proliferação em vários níveis do aparelho de estado aumentava por um lado a exigência de maior lucratividade nos negócios ilegais e diminuía por outro as barreiras repressivas e morais que poderiam ter estancado esse processo. A chegada da cocaína mais barata, em 1980, consolidou a transição para o tráfico a varejo com base em favelas, morros, conjuntos habitacionais de baixa renda e bairros da periferia da cidade.

Em meados dos anos de 1980 o trá-

fico a varejo já se encontrava organizado em duas grandes redes na cidade, uma originária da Falange Vermelha, a que a imprensa nomeou de "Comando Vermelho" e outra, imediatamente posterior e baseada na Falange do Jacaré, que foi denominada de "Terceiro Comando". A estrutura dessas redes reproduzia a estrutura das falanges e continuava a ter sua principal base de articulação nos presídios. Ex-assaltantes de bancos, relativamente capitalizados, articulavam-se com antigos "donos" de bocas-de-fumo nas favelas ou invadiam as áreas que se negavam a se articular com eles. Nessa primeira fase, tentava-se oligopolizar o varejo de drogas na cidade, com base nas favelas e, muitas vezes,

com apoio em um discurso protopolítico (principalmente no caso dos líderes do chamado “Comando Vermelho”) de “revolta contra a miséria” e “apoio justiceiro às populações pobres”. Um dos principais intermediários, “Toninho Turco”, um ex-contrabandista ligado à cúpula do jogo do bicho e a agentes policiais fornecedores de mercadorias políticas, era um dos que conheciam a rota das partidas internacionais vindas do Paraguai e da Bolívia (Amorim, 1995). Outros que também a conheciam (e aos contatos principais) eram ex-agentes policiais que investigavam, no passado recente, a rota de contrabando de veículos roubados no Brasil e vendidos naqueles países. Além desses, o fornecimento às favelas podia ser segmentado em pequenos intermediários, que garantiam a regularidade da oferta com base na compra de mercadorias políticas nas fronteiras aduaneiras. O capital inicialmente empregado para a compra, no atacado, eram veículos roubados no Brasil e, posteriormente, vendidos no Paraguai. A entrada de capital adiantado por empresários brasileiros de médio e grande porte, inicialmente restrita à rota internacional da cocaína, alarga-se para os intermediários do varejo das grandes cidades do Centro-Sul e do Nordeste.

A prisão dos principais líderes do Comando Vermelho e do Terceiro Comando, em meados da década 1980, a deslealdade de subordinados ambiciosos e a concorrência de “donos independentes” desestruturou, no nascedouro, o que poderia vir a ser uma poderosa organização oligopólica do varejo na cidade. A segmentação das redes e o aumento da violência aprofundaram-se nos anos seguintes com a crescente entrada de jovens traficantes (alguns dos quais adolescentes) e a formação de pequenas redes concorrentes (“Co-

mando Vermelho Jovem”, “Amigos dos Amigos”, etc). Alguns “donos” conseguiram, mesmo presos, manter o controle de suas áreas por intermédio de parentes ou amigos leais associados. Mas, no geral, o Comando Vermelho (e o Terceiro Comando) voltaram à condição de uma rede de proteção intrapenitenciária, como foram no início de sua formação (Misse, 1998). O mercado atualmente está bastante segmentado, embora as pequenas redes continuem a se nomear como pertencendo a este ou àquele “comando”, emulando uma identidade difusa de proteção preventiva.

A ESTRUTURAÇÃO LOCAL DO VAREJO E SUA JUVENILIZAÇÃO

A estrutura dos grupos locais do varejo sempre foi baseada no sistema de “consignação de vendas”, a partir do “dono” ou do “gerente geral” (Misse, 1997). A mercadoria é adiantada para os subgerentes e o processo continua até os vendedores diretos, os “vapores”. O movimento de retorno do pagamento é baseado na noção de “dívida” e deve ser feito, impreterivelmente, dentro de um prazo mínimo. O não-pagamento é interpretado como “banho” (logro, furto ou falha) e o devedor na primeira reincidência é morto num ritual público de crueldade. O sistema de consignação articula-se, assim, a uma estrutura de “patrão/cliente” e a uma hierarquia mortal de “credor/devedor”. A violência é a garantia de todas as transações (Zaluar, 1995). Do mesmo modo, a estrutura das redes (que vinculam grupos locais de diferentes áreas) é baseada nos “donos” ou “gerentes gerais”. São eles que controlam, por meio de gerentes locais, grupos de várias áreas, ou que mantêm relação de sociedade ou de clientela com os “donos” de outras áreas. Áreas com pequeno movimen-

O custo das mercadorias políticas e sua proliferação em vários níveis do aparelho de Estado aumentava por um lado a exigência de maior lucratividade nos negócios ilegais e diminuía, por outro, as barreiras repressivas e morais que poderiam ter estancado esse processo

to podem se ligar a áreas mais fortes pelo mesmo sistema de consignação que funciona internamente aos grupos. Ou várias áreas podem “pertencer” a um mesmo “dono”, que controla o fornecimento regular das mercadorias e armas (Souza, 1996).

Essa estrutura não foi montada rapidamente, mas resultou de um longo processo de complexificação das antigas “bocas de fumo”, primeiramente com o aumento da demanda de maconha, depois com o crescimento da oferta da cocaína, com o aumento da lucratividade e de seu poder de atração de mão-de-obra e com o consequente aumento da repressão (e da extorsão) policial. Ainda no início dos anos de 1960, as principais bocas de fumo da cidade (como no Morro da Providência) já possuíam gerentes (então chamados “lugares-tenentes”), “soldados” (então chamados “pistoleiros”) e pequenos vendedores diretos (já chamados de “vapores”). A “endolação” (processo de trabalho de separar e embalar as mercadorias em pequenas quantidades para o varejo) já era assim chamada em meados da década de 1960 e resultou do nome “dólar”, tradicionalmente dado à quanti-

dade pequena e estandardizada da maconha embalada (Misse, 1999).

A estrutura dos grupos locais, quando esses não resultam de invasão externa, quase sempre é baseada em relações de parentesco, compadrio ou amizade antiga. A necessidade de constituir relações de confiança entre os partícipes de um mercado não-regulado e ilegal encontrou no parentesco próximo e nas relações de comunidade a sua forma social mais adequada. Entretanto não se estende a todo o grupo local; tende a se manter apenas nas posições de direção e gerenciamento. Numa das áreas em que pesquisei essa estrutura local, encontrei uma articulação geracional de parentes que remonta aos anos 1960 e que mantém, ainda hoje, controle sobre a área, mesmo contra as tentativas de invasão.

A relação com a população local é, na maioria dos casos, de dominação não-legítima, mas segue, em geral, algumas características que podem ser reunidas em quatro padrões:

Mandonismo: a população local se divide no apoio ao “dono”, geralmente herdeiro familiar do negócio e líder conhecido de todos e reconhecido por uma parte significativa da comunidade.

Dominação não-legítima com pretensão de legitimidade local: é o caso em que o “dono” e os gerentes são nascidos e criados na comunidade, pertencem a famílias locais, respeitam os moradores e tendem a protegê-los contra criminosos externos. Geralmente investem em melhoramentos no local, influem politicamente e ajudam os mais necessitados, mas não obtêm o apoio sequer da metade da população local.

Tiranía centralizada: dominação não-legítima, sem pretensão de legitimidade local, impõe-se um único dono pelo medo e se isola da comunidade

local, mas mantém contatos por meio de subordinados nascidos e criados no local. Nasce geralmente de invasão e o dono é estranho à comunidade.

Tiranía segmentada: vários donos estranhos à comunidade disputam o território pela imposição do medo e pela guerra permanente entre si, sem qualquer interesse pelos moradores.

No Rio de Janeiro, a tendência que acompanhou o aumento da repressão ao tráfico e a concorrência belicosa dos vários grupos e redes pode ser caracterizada por uma transição do mandonismo ou da dominação não-legítima com pretensão de legitimidade para a tiranía centralizada e a tiranía segmentada em quase todas as áreas. Apenas nas áreas que resistiram às invasões ainda prevalece uma forma atenuada de dominação não-legítima com pretensões de legitimidade. Os dois primeiros tipos de dominação eram operados por agentes situados principalmente na faixa etária entre 26 e 35 anos enquanto os dois últimos tipos tendem a ser operados por agentes mais jovens, situados principalmente na faixa dos 18 aos 25 anos. As sucessivas prisões dos traficantes mais velhos e experientes abriu caminho para essa transição entre os tipos de dominação e para a juvenilização do Movimento a partir de 1986/87. A disseminação da extorsão policial e da compra de mercadorias políticas contribuiu para a reprodução ampliada das redes e para a generalização do emprego da violência na resolução de conflitos.

A SOBREPOSIÇÃO DE MERCADOS ILÍCITOS E A ACUMULAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA

Uma mapa sucinto e esquemático de todo esse processo não poderia deixar de considerar, portanto, a importância da sobreposição de dois diferentes mercados ilícitos para a compreensão

A disseminação da extorsão policial e da compra de mercadorias políticas contribuiu para a reprodução ampliada das redes e para a generalização do emprego da violência na resolução dos conflitos

da especificidade histórica que o Movimento alcançou no Rio de Janeiro. O primeiro mercado, transaciona mercadorias criminalizadas de produção privada, principalmente drogas, ou resultantes de apropriação ilícita – bens furtados ou roubados. O segundo mercado “parasita” o primeiro oferecendo-lhe, sob a forma de mercadorias, bens públicos de monopólio estatal – proteção, livramento da prisão, armas reservadas a agências do Estado, documentos públicos, etc – operando uma economia da corrupção de agentes do Estado, principalmente policiais, de alto a baixo da hierarquia e, em alguns casos, configurando uma rede de tipo mafioso. Um esquema semelhante ao que ocorreu com o jogo do bicho contaminou segmentos do aparelho de Estado e oferece proteção seja ao mercado atacadista seja ao varejista, com base nas informações obtidas durante as investigações mediante contatos diretos com os principais agentes do primeiro mercado.

O uso da violência ou de sua ameaça como meio de impor a demanda de mercadorias políticas confunde-se, assim, com as ações de repressão legal ao tráfico, abrindo caminho para operações policiais de *double bind*: repressão policial ao tráfico e imposição da demanda de mercadorias políticas. A histórica desconfiança em relação à

A resolução de conflitos que envolvem mulheres, sexo ou partilha de butins, por meio de armas poderosas ou de rituais de crueldade, atinge uma dimensão inédita, e contribui para a demonstração de força e poder necessária à preservação da posição no Movimento ou fora dele

polícia, existente no Rio desde o século passado e reproduzida amplamente na longa experiência dos mercados ilícitos tradicionais (jogo do bicho e outros jogos de azar, prostituição, contrabando, camelôs, etc – sob os signos da “vadiagem” e da “malandragem”), alcança um novo patamar na história do Movimento, porque também envolvendo as populações das comunidades urbanas de baixa renda, postas sob a continuada pressão desse tipo de operações policiais. Não são poucas as áreas e os moradores que temem mais a polícia que os traficantes locais, como não são desprezíveis os depoimentos de líderes comunitários que equacionam o aumento da violência em suas áreas com as operações policiais lá realizadas. Por outro lado, o “efeito-demonstração” dessas operações sobre os jovens de cada comunidade atingida produz um discurso neutralizador da atração econômica e orgiástica que a relativamente alta lucratividade do varejo exerce sobre esses jovens. A lógica da violência e da extorsão como imposição do desejo e dos interesses contamina toda a atividade: é o que chamam de “olho grande”. A desconfiança nas transa-

ções intra-grupo e inter-redes generaliza-se. Donos e gerentes são levados cada vez mais a demonstrarem seu poder pela violência e pela crueldade punitivas: “o bicho vai pegar”.

O aumento da repressão ao tráfico, a queda da arrecadação numa área e a perda regular de uma parcela significativa dos lucros para a compra de mercadorias políticas faz com que alguns donos e gerentes transitem constantemente de volta aos assaltos organizados ou ao seqüestro de pequenos e médios empresários. Além disso, permitem – contra pagamento de parte do botim – que jovens soldados do tráfico utilizem-se das armas e munições do “paiol” para seus pequenos e generalizados assaltos ao comércio, a residências e a pessoas. Assaltos a veículos também são feitos para transportar soldados ou drogas de uma área a outra (os chamados “bondes do mal”) e a espiral da violência amplifica-se dentro e fora das redes do Movimento, com as ações de grupos de extermínio e com as vinganças punitivas de policiais fraudados em seu comércio de mercadorias políticas. Além disso, a resolução de conflitos que envolvem mulheres, sexo ou partilha de butins, por meio de armas poderosas ou de rituais de crueldade, atinge uma dimensão inédita, e contribui para a demonstração de força e poder necessária à preservação da posição no Movimento ou fora dele. Generaliza-se, a partir dos territórios controlados pelos traficantes, uma “socialidade violenta” (Machado da Silva, 1997), caracterizada pela desconfiança em todas as transações, por um novo tipo de individualismo que desconhece a alteridade ou a despreza e por uma “lógica de guerra” atomizada, segmentada e sem qualquer projeto que não seja o de continuar vivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, C. *Comando Vermelho. A história secreta do crime organizado*. Rio de Janeiro: Record, 5ª. ed., 1995.
- COELHO, E. “Da falange vermelha a Escadinha: o poder nas prisões”. In: *Presença. Política e Cultura*, Rio de Janeiro: n. 11, 106-114, 1988.
- COELHO, M. P. “Crime organizado e pobreza: uma nova associação”. In: *Polícia Militar, Estado e Sociedade: os desafios da modernidade*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1992.
- MISSE, M. “As ligações perigosas: mercados ilegais, narcotráfico e violência no Rio”. In: *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro: ano 2, n. 1, 93-116, 1997.
- MISSE, M. “O final da cadeia. Interpretações sobre a violência no Rio”. In: Guilherme Castelo Branco e Luis Felipe Baeta Neves [orgs], *Michel Foucault: da arqueologia do saber à estética da existência*. Rio de Janeiro e Londrina: Nau e UEL, 1998.
- MISSE, M. *Malandros marginais e vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Sociologia, IUPERJ, 1999.
- SILVA, L. Machado da. “Criminalidade violenta e ordem pública: nota metodológica”. Trabalho apresentado no VIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 1997.
- SOUZA, M.L. “Redes e sistemas do tráfico de drogas no Rio de Janeiro: uma tentativa de modelagem”. In: *Anuário do Instituto de Geociências*, Rio de Janeiro: v. 19, 45-60, 1996.
- VELHO, G. *Nobres e Anjos. Um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, USP, tese de doutoramento, 1975.
- ZALUAR, A. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

1 O assassinato, há dois anos, de Paulinho de Andrade, um dos herdeiros do principal “bicheiro” da cúpula, Castor de Andrade, falecido pouco tempo antes do filho, é um exemplo (entre outros, mais recentes) da continuidade das soluções violentas nos conflitos internos ao mundo do jogo do bicho.

Michel Misse, doutor em Sociologia, professor e escritor.

Paulo Cesar Pontes Fraga

Do jogo do bicho, passando pelos assaltos a bancos, até o crime organizado, com uma lembranças da pirataria dos corsários a serviço das Coroas Inglesa e Espanhola, o Autor nos situa diante do crime organizado. Violência e crime; muita água corre e vai correr

HISTÓRICO E DEFINIÇÃO DO CRIME ORGANIZADO

Na última década, incrementam-se no Brasil as taxas de mortalidade por causas violentas, as denominadas causas externas (acidentes variados, suicídios, homicídios e outros). Em determinados agrupamentos etários, como adolescentes e jovens, representam o principal motivo de abreviamento da vida. Em grandes metrópoles como Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, mas também em cidades localizadas no interior do País, como os municípios do Submédio São Francisco de Pernambuco e Bahia, os homicídios constituem-se, para a faixa etária de 12-39 anos, a principal razão de óbitos. Sabe-se que a violência é um fenômeno pluricausal e complexo, agrega em sua composição, elementos de natureza cultural, social e comportamental, devendo-se compreendê-la, não exclusivamente

Violência no Brasil e vínculos com a organização criminal

pela sua faceta criminal. Diversas práticas sociais como a discriminação sexual, de gênero e de minorias étnicas, a exploração do trabalho e as desigualdades de oportunidades também são formas de violência, mas nem sempre foram consideradas crimes.

O aumento da violência nos últimos anos, dessa forma, contém, em sua causalidade, componentes de natureza cultural, política e social. Sustentando, não obstante, como seu principal propulsor a maior organização do crime, notadamente o narcotráfico e sua capacidade de se beneficiar dessas características injustas da sociedade brasileira em proveito próprio. Os reflexos de sua ampliada institucionalização estão impressos de forma crua no cotidiano de milhões de brasileiros.

Sabe-se que não é recente a presença do crime organizado no Brasil e no mundo. Os piratas dos séculos XVII e XVIII, que agiam com o apoio de várias nações em suas atividades de receptação de mercadorias roubadas, já se configuravam como forma de crime organizado. Outro caso bastante conhecido refere-se à utilização dos corsários para o ataque a navios e possessões espanholas com permissão da rainha Elizabeth I da Inglaterra. Esses dois casos já exprimem um aspecto

histórico fundamental do crime organizado: a sua estreita ligação com setores dos órgãos oficiais e com a corrupção de autoridades públicas. Entrementes, o caso mais conhecido e que serve de modelo para definição de crime organizado são as modernas máfias italianas: *Camorra*, *Cosa Nostra* e *Ngrangheta*. No Brasil, o jogo do bicho é considerado a forma de organização criminosa mais conhecida e antiga, e se utilizou da sua condição de contravenção para desenvolver negócios em áreas reconhecidamente criminais, como o contrabando e o tráfico de drogas.

Um dos grandes problemas, referente à intervenção e às pesquisas sobre o crime organizado, consiste no embaraço e ambigüidade em relação à sua definição e classificação. Há uma grande dificuldade por parte de instituições como a Justiça e a própria polícia, muitas vezes, em diferenciar corretamente crime de quadrilha, crime comum e crime organizado. Esses estorvos contribuíram para o tratamento dispensado ao jogo do bicho como mera contravenção, quando, na realidade, usufruía de uma estrutura bem organizada, sendo parte considerável de suas atividades aludidas a ações criminosas mais lucrativas, como o tráfico de drogas e o contrabando.

Isso, é lógico, sem deixar de considerar todo o esquema de corrupção policial e de autoridades jurídicas, que permitiu a esses delitos não terem sido duramente reprimidos. A Lei 9.034/95, que trata do combate ao crime organizado no Brasil, traz em suas linhas um problema sério, pois, elucida as formas de combatê-lo, sem defini-lo, delimita-lo. Segundo Gomes e Cervini (1997), o legislador sem definir o que sejam “organizações criminosas” trouxe obstáculos enormes para a interpretação e aplicação da lei, tais como: possibilidade de existência de organização com poucos membros; as organizações com práticas de contra-venção não podem ser reconhecidas como tais, assim como aquelas criadas para práticas de crimes omissivos.

Assim uma das principais questões para o enfrentamento do crime organizado é, justamente, identificá-lo, qualificá-lo e compreender todo o seu peso e influência. Os estudos sociológicos sobre o assunto no País são bastante incipientes, mas têm se intensificado e já se observam importantes contribuições, no sentido de entender suas dimensões social e empresarial. Mingardi (1999) busca traçar uma definição para crime organizado, dividindo-o em dois modos: o tradicional e o empresarial. O primeiro seria uma organização composta por grupo de indivíduos formada, especificamente, para o desenvolvimento de atividades ilícitas e clandestinas, fortemente hierarquizadas e com capacidade de planejamento de lucros. Utiliza a violência como forma de intimidação, possui como fonte de lucro a comercialização de produtos ilícitos; cria relações com organismos estatais; possui um sistema de clientela e impõe uma lei do silêncio aos seus membros ou às pessoas próximas, e exerce controle, pela força, de determinada porção

Não por acaso, todo esse incremento do crime ocorre em uma conjuntura mundial de desregulação do Estado, aumento do desemprego estrutural, do individualismo de massa, do consumismo e da lógica do mercado como igualadora e grande divisora das relações sociais

territorial. O segundo modelo, afirma o referido autor, é mais recente e de difícil identificação, pois utiliza métodos exclusivamente empresariais, é menos hierarquizado, não possui componentes como o conceito de honra, lealdade ou obrigação e pode utilizar número reduzidíssimo de pessoas.

Exemplos do modelo tradicional seriam, além das citadas máfias italianas, a *Yakuza* japonesa, a Máfia de Nova York e os Cartéis Colombianos. E o empresarial atrela-se a grupos, identificados como empresas, geralmente, com poucas pessoas trabalhando que podem realizar negócios como o tráfico de drogas, sem utilização de um território para se estabelecer e se proteger; ou se beneficiam do sistema financeiro para lavagem de dinheiro ilegal, ficando com parte do montante movimentado. Estes modelos operam com uma espécie de franquia e são bastante segmentados.

Silva (1998), aproximando-se bastante da definição anterior, aponta como as principais características do crime organizado: uma estrutura hierarquizada empresarialmente, com divisão funcional de atividades; uso de meios tecnológicos sofisticados; simbiose freqüente com o Poder Público; intimidação pelo uso de violência; pre-

ferência por atividades ilícitas bastante rentáveis – prostituição, extorsão, tráfico de armas e de entorpecentes; tendência à expansão para além das fronteiras nacionais; diversidade de atividades, para possibilitar maior lucratividade.

A FACE CONTEMPORÂNEA DO CRIME ORGANIZADO

Das elucidações apresentadas, é importante destacar cinco elementos, condizentes com a face mais contemporânea do crime organizado.

Não existe um modelo monolítico e rígido de organização criminosa – Apesar da existência de características comuns entre elas, apóiam-se, geralmente, em coalizões e associações de feição distinta, possuem um *ethos* pragmático.

O crime organizado não se desenvolve sem a contribuição de agentes do Estado – Embora não possamos olvidar que a atividade criminal organizada seja fruto da relação Estado/sociedade e, portanto, compreenda uma gama significativa de agentes privados (os seus principais beneficiários e idealizadores), o envolvimento de atores e instituições estatais garante sua continuidade e existência, o que possibilita vir à tona sua ilicitude.

O incremento recente do crime organizado vincula-se à larga utilização das novas tecnologias de comunicação e de operações financeiras – As novas tecnologias possibilitaram, aliadas à agilização do mercado financeiro, que o dinheiro sujo, oriundo de crimes, fosse rapidamente transformado em dinheiro legal. Além disso, novas modalidades, como a falsificação de determinados produtos em larga escala, somente foi possível com a utilização de novas tecnologias.

A violência e a intimidação são recursos fundamentais do crime orga-

nizado, embora nem sempre utilizados em larga escala ou prioritariamente – Pelo seu caráter de ilicitude, as atividades criminais precisam permanecer no anonimato, sem serem denunciadas. Como ao longo de seu processo várias pessoas, envolvidas ou não com a atividade, tomam conhecimento de sua existência, a violência é utilizada como forma extrema de conseguir que permaneçam clandestinas. Todavia, nenhuma atividade criminal se mantém apenas pelo uso da força, outras modalidades de negociação sempre são utilizadas para manter os negócios, seduzindo e beneficiando uma variedade de atores.

Exacerbando características empresariais, há uma diversificação de atividades – Não é incomum os gru-

pos desenvolverem ou investirem em mais de uma ação delituosa visando à ampliação do lucro e, nos moldes de uma empresa moderna, evitar que crises em determinado setor comprometam o montante de investimento ou a própria continuidade do negócio.

Essas características estão, hoje, bastante presentes em várias organizações criminosas no Brasil e no mundo. Vários estudos têm apontado a maior organização do crime no planeta, a verificação de uma colaboração mais intensificada entre as máfias e também a estrita aproximação do mercado de ações e financeiro com o crime. Acredita-se, por exemplo, que parte significativa do capital estrangeiro que entrou no Brasil para a estabilização monetária é oriunda de paraísos

fiscais, que são reconhecidamente locais de lavagem do dinheiro do crime.

Não por acaso, todo esse incremento do crime ocorre em uma conjuntura mundial de desregulação do Estado, aumento do desemprego estrutural, do individualismo de massa, do consumismo e da lógica do mercado como igualadora e grande divisora das relações sociais. Contudo, é importante destacar, que apesar do crime organizado estar presente em quase todos os países, nem todos apresentam o mesmo índice de violência. Esse fenômeno tem estrita ligação com as formas de organização social. Ou seja, o crime organizado não inventou a violência, mas se utiliza de uma variedade de componentes sociais para intensificá-la.

J.R. Ripper



Como afirma o autor, diversas práticas sociais são formas de violência – como as condições de vida nas periferias das cidades brasileiras

O CRESCIMENTO DO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL E SEUS COMPONENTES SOCIAIS

Até bem pouco tempo, o crime organizado não tinha expressões significativas no Brasil. O montante de dinheiro movimentado pelo jogo do bicho, pelo contrabando e pelo tráfico de drogas não era muito expressivo. Até a década de 1970, o assalto a banco era a atividade criminosa mais lucrativa, desenvolvida por quadrilhas que não apresentavam características de crime organizado, pois suas ações restringiam-se aos grupos executores dos feitos, ainda que se admita ter sido atividade importante para a acumulação primitiva de outras criminalidades, como o tráfico de drogas. Não se registrava, entretanto, no País a existência de redes criminosas voltadas para atividades ilícitas como o roubo de cargas, a pornografia infantil, a prostituição e outros crimes correlatos. A venda de drogas ilícitas era uma atividade identificada com a ação de quadrilhas ou de iniciativa individual e não um evento criminoso atrelado ao crime organizado.

O final dos anos de 1980 e 1990 serão períodos emblemáticos para a verificação de mudanças na forma de atuação e organização do crime no Brasil. Serão construídas várias redes criminosas em diversas cidades brasileiras, até mesmo, com divisões regionais no tocante aos negócios. Cidades como Campinas, Ribeirão Preto, Foz do Iguaçu e outras no interior de São Paulo e Paraná serão identificadas como locais de lavagem de dinheiro. Municípios do submédio São Francisco e outros nos Estados do Maranhão e do Ceará serão reconhecidos como áreas de plantio de maconha. No Rio de Janeiro, uma das cidades mais afetadas em seu cotidiano pela ação do narconegócio, organizações criminosas farão de suas 704 favelas, territó-

O Rio de Janeiro é o caso mais conhecido, no Brasil, de como grupos organizados ligados à venda de drogas conseguiram transformar parte de seu território em local exclusivo de seus negócios. Cerca de um milhão de pessoas, na cidade, vivem sob o domínio das leis do tráfico

rio de venda e armazenamento de drogas como a cocaína e a maconha. Na Região Amazônica, notadamente o Acre, se articulará um esquema de entrada de drogas e lavagem de dinheiro na rede bancária local. Enfim, se perceberá no território uma intensa articulação de criminalidades que serão responsáveis por alterações significativas no campo da segurança pública.

A CPI do Narcotráfico, instaurada pelo Congresso Nacional em 1999, identificou, ao longo do território nacional, inúmeros grupos articulados ou não, atuando em atividades ilícitas ligadas principalmente ao narconegócio. Foi possível verificar, com o andamento dos trabalhos da Comissão, o envolvimento de diversos atores das mais variadas instituições e origem social e étnica com ações criminosas organizadas: juízes, deputados federais, deputados estaduais, vereadores, prefeitos, promotores, advogados, secretários de governos, policiais, trabalhadores rurais e urbanos, índios e adolescentes. A multiplicidade dos agentes e a presença das atividades em todos os estados da União indicam a institucionalidade das ações do crime organizado e suas nefastas conseqüências para a sociedade em geral.

Assentar-se em espacialidades e temporalidades nas quais as relações sociais de caráter individual e coletiva são coadjuvantes no seu processo de maturação e poderio é também um aspecto fundamental da criminalidade organizada, não exclusiva do Brasil. Esse aspecto vai ao encontro à análise tecida por Tokatlian (1999), para quem o crime organizado representa muito mais do que um feito ou procedimento grupal anômico ou desviado. Para ele, o crime organizado insere-se em um profundo, complexo e arrojado molde no qual a sociedade é, simultaneamente, vítima de suas demonstrações de violência e beneficiária dos bens e serviços que ele lhe provê, surgindo e ramificando-se em torno das agências estatais e do Poder Público, permitindo, assim, que prospere sem controle, desenvolvendo uma cultura funcional à sua extensão.

O narconegócio é certamente a criminalidade mais lucrativa praticada pelas organizações no Brasil. Possui um aspecto dessemelhante de outras atividades ilícitas: é produtivo. Ou seja, não é uma criminalidade de rapina, nem parasitária como seqüestro, roubo e prostituição, pois não se apropria do trabalho ou bens produzidos por outros. Possui o seu processo produtivo próprio de plantio, distribuição e comercialização e, desta maneira, necessita de empregar um número significativo de pessoas. A ilicitude, assim, advém do fato do consumo final de seu produto ser proibido.

De acordo com o órgão das Nações Unidas de prevenção e combate às drogas (Undcp), no País, esta modalidade de crime movimentada cerca de 10 bilhões de dólares, anualmente, e no mundo, 400 bilhões. As cifras movimentadas sempre devem ser colocadas sobre suspeita quanto à sua fidedignidade, mas não deve ser desprezado o

imenso montante manipulado no Brasil e no mundo. As transformações do narconegócio no Brasil ocorreram muito rapidamente. Apresentava-se, anteriormente, como um País sem muita importância em rotas secundárias da cocaína na América do Sul, passando, recentemente, a ser caminho importante da droga para os Estados Unidos e a Europa, principalmente com a maior repressão em países do continente como Peru e Colômbia que tiveram rotas desmanteladas. De outro modo, a cocaína de baixa qualidade é vendida no varejo ao longo das cidades brasileiras.

O Rio de Janeiro é o caso mais conhecido, no Brasil, de como grupos organizados ligados à venda de drogas, conseguiram transformar parte de seu território em local exclusivo de seus negócios. Cerca de um milhão de pessoas, na cidade, vivem sob o domínio das leis do tráfico. O isolamento histórico das favelas em relação ao restante da cidade, sem a presença do Estado no oferecimento de serviços coletivos, e a violência policial contra seus moradores, devem ser vistos, como dois dos fatores desse incremento.

A face agrícola do narconegócio no Brasil é identificada com o crescimento das atividades de plantio de maconha, na última década. As operações Asa Branca e Mandacaru, desenvolvidas nos últimos cinco anos pela Polícia Federal para erradicar o plantio, parece não terem aniquilado o problema, apesar da quantidade significativa de pés de maconha destruídos. As redes locais, que segundo a CPI realizada pela Assembléia Legislativa de Pernambuco, são formadas por tradicionais famílias da região, se rearticulam com bastante desenvoltura, migrando para regiões próximas ou servindo-se de locais até então não utili-


É importante reafirmar a vinculação da escalada da violência percebida no País com o crime organizado, principalmente o narconegócio, seu caráter capitalista e sua imensa capacidade de produzir subjetividades

zados para o plantio no Submédio. De outra forma, as operações restringem-se à mera repressão, não se verificando a implementação de medidas sociais complementares no sentido da substituição do plantio e de alternativas de renda para os agricultores envolvidos no narconegócio. Os jovens são os mais atingidos pelo aguçamento das atividades, e, preferencialmente, são vítimas de homicídios; são ainda recrutados para trabalhos de escoamento da produção e para desempenhar funções de matadores de aluguel ou de vigias de plantação. Numa região marcada por extremas desigualdades e pobreza, sem oportunidades para os mais jovens, o narcoplantio se apresenta como 'alternativa' para uma geração de jovens constantemente 'bombardeada' pelo *mass media* e todo o seu arsenal de produtos identificados como sinônimo de bem-estar e felicidade.

À guisa de finalização, é importante reafirmar a vinculação da escalada da violência percebida no País com o crime organizado, principalmente o narconegócio, seu caráter capitalista e sua imensa capacidade de produzir subjetividades. Apesar de contar em suas redes com atores dos mais variados estratos sociais, a população mais pobre é a maior vítima, seja porque desempenham, ao longo da rede construída para viabilizar o ato ilícito, ta-

refas no mundo do crime de maior risco, seja devido ao fato de as localidades mais carentes se constituírem territórios privilegiados do crime, fazendo com que muitos, mesmo sem participar da rede, se submetam aos princípios e leis do ilícito. Assim, não se devem ignorar os aspectos culturais e sociais que alimentam a instalação de atividades ilegais.

O combate ao crime organizado requer ações repressivas técnicas e organizadas que possibilitem desmantelar a inteligência do crime e suas redes. Leis mais rígidas e claras se fazem necessárias para melhor discriminá-lo de outras modalidades delituosas, criando mecanismos mais eficazes de punição dos atores estatais envolvidos, principalmente os pertencentes aos órgãos de contenção e repressão e aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

Todavia, as ações exclusivamente repressivas são insuficientes para desarticulá-lo. Alternativas de renda e programas educativos são fundamentais para se criarem novas referências para milhares de jovens potencialmente em risco e de trabalhadores que vêm no cultivo de plantas ilícitas modos de sobrevivência. 

BIBLIOGRAFIA

- GOMES, L. F. e CERVINI, R. *Crime organizado: enfoque criminológico, jurídico (Lei nº 9.034/95) e político-criminal*. 2. ed. rev. atual. amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- MINGARDI, G. "O que é o crime organizado: uma definição das ciências sociais". Revista do ILANUD nº 8: 7-27, 1999.
- SILVA, I. L. da. *Crime organizado: aspectos jurídicos e criminológicos*. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1998.
- TOKATLIAN, J. G. "Crime organizado e drogas psicoativas: o caso da Colômbia". Contexto Internacional: 21 (1), jan-jun de 1999, Rio de Janeiro.

Paulo Cesar Pontes Fraga, pesquisador do CNPq e doutorando de Sociologia da USP.

Trabalho escravo: vidas roubadas

Xavier Plassat

Um texto-denúncia da existência dos que já nasceram "sob o sinal da dívida", a dívida do abono, da pensão, do transporte, do álcool para viagem, das ferramentas, das botinas, dos remédios, da comida – tudo já carrega a vergonha dos grilhões. É denúncia também de tudo o que oficialmente se faz e que já chega travestido de "faltas"

Trabalho escravo! Quem diria que, passados 114 anos da oficial emancipação dos escravos na terra da Santa Cruz, a escravidão no Brasil voltaria a ser manchete em magazines nacionais e, olha lá, em jornais internacionais. *New York Times*, 25 de março de 2002: *Exportações mais prezadas do Brasil assentam-se em trabalho escravo e devastação*. Não passa um mês sem que o *Jornal Nacional* nos exponha os rostos famintos e adoentados de trabalhadores retirados de remotas áreas de pasto ou de derrubada do Pará, Mato Grosso, Maranhão, por policiais federais e fiscais do trabalho. Não se trata de grupos pequenos ou de casos individuais: é habitual ver times de 30, 50 e até 150 homens, sempre

com a mesma patética história de miséria, enganação, superexploração, chantagem da dívida, violência, mortes, gatos, pensões, *servidão branca*. Por trás dessas imagens esporádicas, destinadas a comover o público sem remover a situação, existe uma sistemática hoje muito bem identificada, um sistema perfeitamente integrado em que cada peça tem seu papel definido, tendo por condições básicas de sua permanência a ganância e o lucro a qualquer custo, as vistas grossas das autoridades, a impunidade total de seus operadores, o silêncio constrangido da sociedade.

Dois terços dos trabalhadores brasileiros encontrados em situação de trabalho escravo no Pará, Maranhão e Mato Grosso são do Nordeste, principalmente Piauí, Maranhão, Ceará. Não é por acaso. Na falta total de alternativas de sobrevivência nos seus locais de origem, esses trabalhadores constituem uma presa ideal para recrutadores, empreiteiros espertos apelidados de "gatos". Com carro de som, andam com promessas chamativas pelas ruas dos povoados e cidades do interior, juntando carradas de gente para hipotéticos Eldorados amazônicos e, nas periferias das cidades maiores, compram – literalmente – as dívidas acumuladas nas pensões por peões de muitas viagens (os chamados "peões do trecho"), para levá-los a mil, dois mil quilômetros dali, em condições piores que as da boiada.

JÁ ESTÃO PRESOS, EMBORA NÃO O SAIBAM AINDA

Seu 'contrato' de empreita (que nada tem de contrato: não tem escrita nem consentimento livre ou informado) já nasceu sob o sinal da dívida: dívida do abono inicial generosamente proposto pelo gato, dívida da pensão paga diretamente ao dono, dívida do transporte e da calculada alcoolização de praxe durante a viagem, dívida de ferramentas, botinas, remédios e, no sistema autoqualificado de 'cativo', da própria comida e de produtos adquiridos no barracão ou na cantina do "gato" a preços exorbitantes. Essas dívidas serão no momento oportuno descontadas de qualquer valor a receber pelo trabalho fornecido, mantendo o saldo do peão inexoravelmente negativo. A chantagem da 'dívida a pagar' servirá como corrente eficaz para manter subjugado o trabalhador, impedindo-lhe o direito de sair do serviço enquanto não zerar o saldo negativo acumulado. Além de pagar para trabalhar, está preso: se não bastasse a força do seu código de honra ('devo, portanto fico trabalhando') – código profundamente arraigado na cultura 'pioneira' – guardas e pistoleiros saberão convencê-lo do seu melhor interesse, sem falar do confinamento que o mantém recluso num cantinho da Amazônia que sequer ele conhece ou localiza (e ao qual o único acesso, às vezes, depende de barco ou avionete). A fuga de raros heróis, conseguida a preço de sangue e marchas

sem fim para escapar do terror, é até hoje o único – o único! – recurso possível para que seja desvendada uma parte deste *iceberg* monstruoso.

Promessa enganosa ('aliciamento'), dívida crescente e impagável, trabalho forçado, coação psicológica ou física, violência e ameaças, impedimento de sair, superexploração... estes são os ingredientes da chamada *escravidão branca*, praticada hoje em grande escala principalmente nos serviços de desmatamento (geralmente ilegal), abertura e manutenção de pastos, nos confins do Pará e Mato Grosso, bem como no Maranhão e, esporadicamente no Tocantins; no Acre e no Amazonas, também, mas numa proporção largamente desconhecida. A corrente vai do fazendeiro – geralmente desconhecido dos trabalhadores – até a dona da pensão, do boteco ou do caminhão, passando pelos "gatos" e "sub-gatos", o gerente e os vigilantes da fazenda. Envolve a cumplicidade de muitos: a polícia civil ou militar que, mediante

propinas adequadas, aceita fechar os olhos quando, nas estradas secundárias, passam transportes obviamente irregulares; funcionários regionais do trabalho ou do meio ambiente cuja indicação ou emprego, com frequência, depende da extensiva compreensão que possam manifestar para com os interesses das oligarquias de plantão.

Os números estão aí, assustadores para um país cujas autoridades, até 1995, rejeitavam, indignadas, qualquer uma das acusações já repetidamente levantadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) – a partir do histórico grito proferido por dom Pedro Casaldáliga, em 1971 – em fóruns nacionais ou internacionais (denúncias na Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Comissão de Direitos Humanos da ONU e na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA): 1.600 trabalhadores oficialmente resgatados da escravidão, somente no ano de 2001, quase três ve-

zes os números dos anos 1999 (639) e 2000 (583) e seis a oito vezes mais que em cada um dos quatro anos anteriores. Para cada pessoa resgatada pelos fiscais do trabalho, o Ministério calcula que ficam outras três na servidão branca. Coeficiente bastante questionável: por que não 5 ou 15 ou 30 como leva a supor a frequência dos transportes de peões observados na região ou a importância numérica das derrubadas registradas. Com base nessa última, a CPT chega a 25.000 trabalhadores possivelmente explorados neste sistema, no pique das empreitadas do sul e sudeste do Pará (região de Marabá, Xinguara, São Félix do Xingu). Numa tentativa de "auto-euforização", há quem avalie que o número-recorde de 2001 possa refletir – quem sabe? – o avanço e a eficiência da fiscalização... Redondo engano! Basta observar os casos registrados e analisados pela CPT, no Pará, para se certificar que o aumento dos resgates traduz de fato uma efetiva e problemática multiplicação do uso criminoso de mão de obra escrava. Em primeiro lugar, chega a 6 (um quarto do total), no final de 2001, o número de casos denunciados às autoridades, mas ainda carentes de fiscalização, por falta de disponibilidade ou de recursos ou de meios de acesso. Das 24 fazendas denunciadas em 2001, somando 1.287 trabalhadores (entre eles: 272 ainda não resgatados no final do ano), sete são reincidentes, e não por leve recaída no crime... a média dessas sete fazendas é de... cinco reincidências, levando o recorde a fazenda Forkilha, em Santa Maria das Barreiras, de propriedade de Jairo Andrade, com nove citações nos últimos anos! Mais que o conhecido grupo Quagliato (150.000 cabeças de gado, líder mundial na área de inseminação artificial), já citado sete vezes entre 1988 e 2000, um caso

William Seewald



emblemático de impunidade, levado pela CPT à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

Isto nos leva ao bojo da questão: o governo federal tem criado, a partir de 1995, uma exemplar ferramenta de fiscalização, conhecida como Grupo Especial de Fiscalização Móvel, o qual é citado como exemplo pela coragem de seus integrantes (todos voluntários e escolhidos fora do estado sob fiscalização), pela isenção de seu comando (embora periodicamente ameaçada por inúmeras tentativas de interferência), pela qualidade e complementaridade de sua composição (embora ainda bastante teórica: falta efetiva participação e integração com os fiscais do trabalho, por parte da polícia federal, dos agentes ambientais, e dos procuradores do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público Estadual (MPE) chamados também a acompanhar as operações). Hoje fica evidente que de nada serve a repressão pontual – o Grupo Móvel só consegue colocar a campo um máximo de 4 equipes – quando nenhuma sanção subsequente vem dissuadir os infratores de recomeçar. Ora, a lista dos crimes impunes é impressionante. Os poucos fazendeiros levados à condenação nos últimos oito anos (dois!) tiveram sua pena suspensa ou substituída pela obrigação de entregar por algumas semanas umas cestas básicas a pobres da vizinhança... No dramático jogo de pingue-pongue, a Justiça Federal tem-se acostumado a declinar sua competência, devolvendo para a Justiça comum casos prontos para serem julgados e, em seguida, definitivamente sepultados. Quando da criação do Grupo Móvel e do Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (Gertraf), o presidente Fernando Henrique Cardoso, então recém-eleito, foi em rede nacional declarar a

A chantagem da 'dívida a pagar' servirá como corrente eficaz para manter subjugado o trabalhador, impedindo-lhe o direito de sair do serviço enquanto não zerar o saldo negativo acumulado

guerra ao crime, anunciando penas exemplares, especialmente no plano econômico:

Quando a denúncia é comprovada, muitos destes exploradores pagam a multa cobrada pelo Ministério do Trabalho, mas continuam com as irregularidades. A punição da lei não basta. É preciso pegar esse pessoal pelo bolso. É só no bolso que eles sentem. O governo não vai mais conceder empréstimos, subsídios, rolamento de dívidas a esses fazendeiros e empresários inescrupulosos e nem deixar que eles participem de concorrências públicas. [Junho 1995].

Mais uma vez, a impunidade do sistema brasileiro se torna o agente principal da permanência e extensão do crime. Não que faltem textos legais punindo criminalmente os autores de aliciamento, tráfico de pessoas, transporte ilegal, sujeição e cerceamento da liberdade e redução à condição igual à de escravo (Código Penal, art. 149, 203, 207). Falta, sim, sua efetiva aplicação. Faltam ainda e apesar das promessas, efetivas sanções econômicas: corte de financiamentos, confisco da terra (diferente da desapropriação que, pelo superfaturamento concedido vez ou outra, reverte em premiação do felizardo desapropriado; veja-se o caso emblemático de Luís Pires/Flor da Mata). Falta definir uma vez por todas a exclusiva competência federal para esse tipo de crime. Falta multiplicar os recursos e meios alocados ao Grupo

Móvel: “quando a barata pulula, não bastam 4 latinhas de Baygon”... como diz, com bastante razão, referindo-se ao Brasil, o pastor Kevin Bales. Falta integrar efetivamente os vários departamentos da esfera pública, competentes para conter o crime: trabalho, polícia, justiça, ministério público, meio ambiente, reforma agrária, etc. Falta enfim gerar alternativas de educação, qualificação e trabalho que afastem das populações mais empobrecidas esta única e desumana opção.

Pena que tenha sido necessário chegar a públicas advertências ou/condenações na mídia internacional, na assembléia da Organização Internacional do Trabalho, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (casos José Pereira e Quagliato); pena que tenha sido necessário o Brasil incorrer em possíveis retaliações comerciais – não sempre tão morais quanto se apresentam; pena que tenha sido necessário pregar anos a fio sem retorno aparente, como o fez a tempo e a contratempo a Comissão Pastoral da Terra, para ver hoje o governo federal abordar o problema com, aparentemente, mais preocupação. Comissão Especial, Grupo de Estudo, Seminários, Propostas de Lei, discursos e promessas florescem.

Um século e meio depois de fingir a mais absoluta determinação, ante os primeiros ataques da pérfida Albion contra os escravocratas brasileiros, de novo, será “só para inglês ver?” ☹

Fr. Xavier Plassat, coordenador da Campanha da CPT “De olho aberto para não virar escravo”

Obs.: Principal fonte das denúncias que possibilitam os resgates registrados, a CPT é uma das poucas organizações empenhadas no combate ao trabalho escravo. Há 5 anos anima uma Campanha permanente contra o trabalho escravo, envolvendo vários regionais, oferecendo informação e orientação nas regiões de aliciamento e apoio aos fugitivos bem como capacitação de parceiros nas regiões de escravização.

A violência da fome

Dom Mauro Morelli

Os que mais se queixam das violências que invadem privacidades, tranqüilidades bem cevadas, bem seguras, são muito poucos, porque somente sentem fome quando têm o que comer. Muitos são os que não têm o que comer. Quando crianças são "profecias do fim do mundo". Um texto pastoral porque humano

Sentir fome quando se tem comida é uma beleza. Não ter fome, um problema de saúde. Não ter comida, uma violação de direito humano básico. Comer é uma necessidade e um direito. Ninguém vive sem pão e sem ternura.

Herdeira das riquezas e das bênçãos do planeta, a criança recém-nascida anuncia sua chegada pelo choro, uma afirmação de cidadania. Clama por espaço e pelos bens da sua família e de seu povo. Aninhada no regaço da mãe, repousa serenamente sugando o leite materno, o mais precioso alimento.

Não existe imagem mais bela para retratar a paz do que o sorriso da mãe que acalenta e nutre sua criança. Nada mais comovente e perturbador do que a visão de uma mãe esquelética – sugada pela miséria – dando as últimas gotas de vida a seu filhinho condenado a morrer pelas regras do Mercado comprometido com o culto do Bezerro de Ouro.

O mundo é amaldiçoado pela mãe que não pode dar de comer a seus filhos. Criança saudável, criança feliz. Criança faminta e desnutrida, criança infeliz. Criança feliz é pomba da paz que anuncia um mundo em que reina a vida. Criança lesada no cérebro e no seu desenvolvimento é profecia que revela o fim do mundo. Não há civilização que sobreviva à fome das crianças e à destruição das fontes da vida.

Ainda no limiar de um novo milênio, nossa civilização é ameaçada pelo grau de destruição do meio ambiente

e pela legião de famintos e apátridas que se arrastam aflitos por uma gota d'água, um bocadinho de pão ou um punhado de arroz.

Quem não guarda na retina de seus olhos as imagens terríveis do desespero ou do abandono de crianças em zonas de guerra, em campos de refugiados ou revirando monturos de lixo nas periferias urbanas!

Como esquecer a cena dantesca daquela criança africana, em reportagem televisiva, dando o último suspiro à margem de uma estrada em terra estranha, coberta de pó e de abandono. Com o salmista, como não proclamar a grandeza da pessoa humana e manifestar indignação e repúdio a crime tão grande!

Entre o fogo cruzado dos pequenos e grandes traficantes que controlam e dominam o submundo das favelas e as cúpulas dos povos, crianças são destruídas pelas balas perdidas, queimadas pelas bombas de napalm, mutiladas pelas minas ou pela falta de casa, de escola e de comida.

A violência da fome reina entre nós, país rico das bênçãos de Deus e de Sua criação. Verdadeira guerra civil se alastra entre nós em sintonia com o ritmo da desordem social, fruto do desenvolvimento predatório e gerador de exclusão e de miséria.

Não é de hoje que perdemos o juízo. Desde a primeira hora, a invasão da civilização européia trouxe a este novo mundo desespero, destruição e morte.

A nova civilização aqui implantada tem sido uma história interminável de depredação e de saque das riquezas da terra, e de destruição de povos inteiros, perseguidos como bichos ou algemados pela escravidão. Verdadeiros genocídios foram perpetrados em nosso continente.

Ainda, em nossos dias, continua a transferência das riquezas produzidas pelo trabalho humano, sem remuneração justa e sem partilha. Porém, processada com velocidade outrora inimaginável, seja na calada da noite ou em plena luz do dia. A hodierna transferência de capital e o saque da riqueza de nossa biodiversidade tornam desprezíveis os furtos de madeiras de lei, pedras preciosas e minérios nos séculos passados.

Neste momento de grandes e graves decisões políticas, denunciemos a perversidade de nossa sociedade. Não há democracia que prospere onde vicejam a corrupção e a miséria.

Anunciemos com esperança as exigências evangélicas e éticas para a superação da miséria e da fome. Firmemos a vontade e o compromisso de sonhar e de buscar uma terra sem males, sem ódio, sem violência e sem fome. Uma terra em que crianças e idosos não chorem lágrimas de privação e abandono. Uma terra em que a natureza não se contorça agredida pela ganância e pelo desperdício. Um outro mundo é possível! Um outro mundo é necessário para que haja futuro. Haverá de prevalecer o gosto de ser gente.

Dotados de inteligência e chamados à vida em comunhão, vamos levantar e caminhar rumo à terra prometida. Não são miragens, mas sinais verdadeiros de esperança que detectamos em vários pontos do planeta. Está em marcha a revolução da cidadania.

Para que a esperança se torne realidade devemos aprender de novo a



O mundo é amaldiçoado pela mãe que não pode dar de comer a seus filhos.

Criança faminta e desnutrida, criança infeliz. Criança lesada no cérebro e no seu desenvolvimento é profecia que revela o fim do mundo. Não há civilização que sobreviva à fome das crianças e à destruição das fontes da vida

amar a nós mesmos e a olhar o mundo que nos envolve com respeito, encantamento e gratidão. Novas visões, novos relacionamentos e novos hábitos são fundamentais para o embasamento de uma nova civilização.

O futuro do mundo exige uma nova ordem social em que reine a ética, co-

mande a política e a economia seja colocada a serviço do bem comum. Uma sociedade que priorize a dignidade da pessoa e promova relações baseadas na justiça e na solidariedade. Um mundo sem esbanjamento e sem miséria, um mundo frugal e mais saudável. Não será triste e cinzento, mas cheio de luz e de vida.

Dez anos depois da Cúpula da Terra, a Declaração do Rio continua aguardando a aplicação de seus princípios e diretrizes. *Paz, desenvolvimento e proteção do meio ambiente são interdependentes e indivisíveis* – afirmava-se, então. *Os seres humanos – continuava a declaração – são o centro das preocupações para um desenvolvimento sustentável, com direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza.*

No entanto, quase seis anos depois da própria Cúpula da Alimentação, cerca de um bilhão de pessoas, em todo o mundo, sofre os males da fome

e da desnutrição. Em ambas as conferências, os chefes de Estado e de governo comprometeram-se a tudo fazer para erradicar a pobreza como exigência indispensável para o desenvolvimento.

Apesar de afirmações solenes na ECO 92, nenhum passo foi dado para reconhecer de fato às Comunidades Indígenas e às mulheres o papel vital que lhes cabe na preservação do meio ambiente e na gestão do desenvolvimento para a garantia da sustentabilidade e, conseqüentemente, do direito ao alimento e à nutrição.

Da mesma forma, a juventude não foi ouvida em seus sonhos, nem convocada para forjar uma grande aliança que garanta um futuro melhor para toda a humanidade.

Mais terrível, ainda, a indústria da guerra continua a ser promovida, apesar de se reconhecer, então, que a guerra é destruidora do desenvolvimento sustentável.

O direito humano ao alimento e à nutrição torna-se, pois, o postulado básico de uma nova ordem social e política. Conseqüentemente, a Soberania e a Segurança Alimentar Nutricional Sustentável, um dos eixos do desenvolvimento.

Por soberania alimentar entende-se o direito à posse e ao plantio de sementes que possibilitem escolha e consumo de alimentos que correspondam à cultura de cada povo.

Qualquer monopólio e cartel de sementes atentaria contra o direito dos povos ao alimento que não apenas sacia a fome, mas nutre também os laços da cidadania e da cultura.

Pelas mesmas razões bradam aqueles que se insurgem contra os alimentos transgênicos. A manipulação genética das plantas poderá eventualmente não apenas afetar a saúde humana, mas se transformar em instrumento de con-

A violência da fome reina entre nós, país rico das bênçãos de Deus e de sua criação. Verdadeira guerra civil se alastra entre nós em sintonia com o ritmo da desordem social, fruto do desenvolvimento predatório e gerador de exclusão e miséria

trole nas mãos do Mercado em prejuízo das Comunidades Nativas, da agricultura familiar e dos pequenos agricultores.

A discussão sobre alimento e nutrição incorpora a dimensão da sustentabilidade social e ambiental, do acesso ao alimento e do controle de sua qualidade. Trata-se da transformação biológica de alimentos saudáveis em seres humanos saudáveis!

O alimento é algo muito mais precioso do que um mero produto agrícola ou industrial ou, mais ainda, do que uma mercadoria que pode ser adquirida por quem tem dinheiro. Sentar-se à mesa para comer é um ato necessário à vida familiar e ao crescimento da amizade e do amor.

É muito importante a dimensão social e cultural de uma refeição. Quando comemos não alimentamos apenas corpos, mas vidas humanas. A maioria das religiões realiza uma refeição sagrada, como sinal de comunhão com Deus e de fraternidade com o próximo. Portanto, o conceito de segurança alimentar e nutricional deve sempre ser entendido de forma ampla. Nenhuma discussão sobre essa matéria pode ignorar a tríplice dimensão: humana, sanitária, nutricional.

Não se devem jamais esquecer os grupos sociais que por motivos de ida-

de, de condição física ou de recursos financeiros correm o risco de não ter o acesso ao alimento. Devem ser definidas e implementadas políticas públicas que garantam o direito à alimentação e à nutrição a crianças, enfermos, idosos, desempregados e moradores de favelas e cortiços.

A questão do controle de qualidade sanitária e nutricional dos alimentos torna-se cada vez mais necessária, pois cresce o número de pessoas que diariamente se alimentam fora de suas casas. Particular atenção deve ser dispensada ao processamento industrial e à produção de alimentos, distribuição e acessibilidade, principalmente nas regiões metropolitanas.

Muito deve ser debatido com relação às políticas públicas sobre alimento, qualidade dos alimentos, segurança alimentar doméstica e às doenças causadas por falta de alimento, dietas deficientes ou alimentos contaminados.

A discussão deve incluir algumas questões sociais e ecológicas, tais como, biodiversidade, direitos de propriedade, agroecologia, sustentabilidade dos sistemas agrícolas, desenvolvimento rural, pesquisa agrícola, reforma agrária, etc...

Em conclusão, a segurança alimentar e nutricional é uma questão de cidadania. Sua garantia não deve ser entregue ao Mercado nem confiada apenas aos governantes. Como prioridade da agenda política da Nação, deveria ser submetida ao conhecimento e às decisões da cidadania. ☺

D. Mauro Morelli, bispo da Diocese de Duque de Caxias.

Candomblé e intolerância religiosa

Ordep Serra

Para além de meras questões raciais, a rejeição aos cultos afros revela um retorno à barbárie, uma afronta à dignidade cidadã e, pelo fato de partir de religiosos que se dizem cristãos ou evangélicos, é um insulto ao próprio Cristo. Mais que um texto leiam-se estas linhas-grito-denúncia

Não é novidade no Brasil a intolerância religiosa. Não são as 'novas igrejas' as primeiras a promovê-la, nem têm a precedência na agressão racista aos cultos afro-brasileiros. Triste papel teve a Igreja Católica neste quadro. Foi, durante muito tempo, a religião oficial, e contaminou-se de um autoritarismo que, muitas vezes, a fez reivindicar ferozmente o monopólio das consciências. Seu passado escravista, sua cumplicidade com a exploração brutal dos negros, seus furores inquisitoriais contra os ritos africanos criam-lhe uma dívida tremenda, que ela ainda não se anima a reconhecer e saldar. É verdade que muita coisa mudou: setores dessa Igreja avançam em espírito de justiça; alguns têm buscado um diálogo sincero, fraterno, com o povo-de-santo. Mas o preconceito ainda envenena sua hierarquia. Os pedidos de

perdão continuam a ser feitos da boca para fora, sem qualquer compensação que os ratifique. A Igreja Católica só tem reagido à intolerância quando é por ela atingida. Quando são outras as vítimas, seu silêncio é eloqüente.

Muitas igrejas evangélicas, mesmo as tradicionais, com uma história de lutas contra a intolerância, praticam-na contra os cultos afro-brasileiros de forma virulenta. Também no seu seio, aqueles que procuram o diálogo ecumênico de modo sincero, abraçando com verdadeira fraternidade os religiosos não-cristãos, vêm a ser minoria – e minoria perseguida. A triste retração do ecumenismo chegou mesmo a um ponto crítico no seu berço: quer-se ele agora mitigado, limitado aos cristãos. Uma contradição em termos apõe a marca do ridículo a essa proposta mesquinha.

O Estado, que deveria garantir os direitos dos religiosos afro-brasileiros, mostra para com eles uma indiferença cheia de menoscabo – e assim alimenta a intolerância, respalda o abuso. Mais que isso, dá o exemplo da discriminação contra o povo-de-santo. Uma prova eloqüente temos na Bahia. A imunidade a tributos como o imposto territorial urbano é reconhecida a todos os templos religiosos, mas este imposto continua a ser cobrado aos terreiros... As autoridades recusam-se a admitir, na prática, que terreiros são templos.

O que há de novo na investida das novas igrejas contra a umbanda, o can-

domblé, os cultos afro-brasileiros em geral? Ela é conduzida, agora, com uma nova virulência e com recursos muito poderosos. Pois quem a protagoniza são empresas eclesiais que têm o controle de meios de comunicação de massa, e sabem empregá-los; são organizações que realizam com habilidade 'neoliberal' uma persuasiva drenagem de renda dos mais pobres; que se estruturam politicamente, capitalizando votos de modo a pressionar o aparelho de Estado, livrando-se com facilidade dos incômodos da lei; e falam uma linguagem direta, em acordo com o discurso sociopolítico dominante: privilegiam o sucesso como valor supremo. Além disso, seus pastores dominam técnicas muito hábeis de manipulação do racismo internalizado na massa despolitizada, aflita e abandonada a si mesma. É a auto-rejeição de homens pobres, humilhados por sua condição de cor, de classe, de origem, o que os torna vulneráveis a uma pregação enfática baseada no convite a abandonar sua identidade deteriorada. O combustível dessa mística é o racismo inconfesso que se derrama por toda a sociedade brasileira e contamina até suas vítimas.

É momento de cobrar com vigor o resgate da imensa dívida do Brasil para com os negros; é o momento das políticas afirmativas, de exigir a justa compensação por um tratamento desumano dado aos afrodescendentes em geral. Neste contexto, torna-se imperativo reconhecer que os religiosos

negros, os adeptos dos cultos afro-brasileiros, foram e são continuamente agredidos em seus direitos fundamentais, tolhidos em sua liberdade, ofendidos, maltratados, perseguidos brutalmente. É preciso traçar uma política que lhes garanta o acesso imediato aos recursos jurídicos com que possam defender-se; cumpre também proteger seus templos, legítimos territórios negros, e facultar-lhes o pleno exercício de sua liberdade religiosa.



O estudo dos cultos religiosos afro-brasileiros concentrou-se no exame dos sistemas simbólicos, sem atenção para questões muito importantes relativas às condições de vida das comunidades dos terreiros. Esta falha é realmente espantosa e precisa ser sanada. Mas é reveladora: mostra um descompromisso indefensável. Uma abordagem do assunto pode ser muito esclarecedora...

Certa vez (há coisa de dois anos) levei um grupo de alunos ao famoso Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho e pedi-lhes que fizessem, aí, um levantamento socioeconômico, de modo a caracterizar o grupo de residentes na área do *ilê axé*, traçar-lhe um perfil. Os jovens fizeram, também, uma rápida sondagem do mesmo tipo na vizinhança, de modo a ter um parâmetro de controle. O resultado os deixou intrigados. Eles verificaram que a situação dos residentes no terreiro, membros do *egbé*, em termos de emprego e renda, de educação formal etc. era, *grosso modo*, idêntica à de seus vizinhos. Mas bastaram-lhes algumas entrevistas, e um pequeno tempo de observação, para que notassem uma coisa discrepante... Segundo verificaram, a qualidade de vida dos membros do *egbé* era bem maior. Ficou claro que estes são favorecidos por

sua organização: nela, dispõem de uma rede de solidariedade muito ampla, têm canais de expressão eficazes, que os capacitam a reivindicar direitos; têm muitas oportunidades de conagração, de realização pessoal, de crescimento em termos de prestígio; gozam de "uma vida social até mais rica que a nossa", conforme opinou uma estudante; sem dúvida, o espaço do terreiro é mais vasto e agradável que o dos pequenos casarios próximos: soma os domínios do barracão e das áreas não edificadas do *ilê axé* (ornada com uma pequena mancha verde) ao âmbito das suas residências acanhadas. Mas acima de tudo, notaram os jovens pesquisadores, os membros do *egbé* da Casa Branca evidenciavam uma auto-estima muito elevada a alimentar-lhes a iniciativa, mostravam vitalidade e bom humor, um ânimo sobranceiro. Os meus alunos perceberam ainda neste povo-de-santo uma sensibilidade e uma finura que os impressionou. O que eles assim advertiram, como depois lhes expliquei, é o resultado de uma educação apurada.

Os terreiros não são apenas templos religiosos onde uma parte significativa da população vai em busca de remédio para suas aflições; são ainda agências culturais, centros de educação. Por muito tempo, e para uma grande parcela de nosso povo, para a gente negra da Bahia, foram os terreiros quase o único espaço onde pessoas pobres podiam educar-se desfrutando de um ensinamento voltado para sua valorização e efetiva integração comunitária. Não são apenas mitos, ritos, orações, uma complexa liturgia que se aprende nos terreiros; não só as fórmulas de um código religioso, os padrões de uma música e de uma dança magníficas, os segredos místicos e terapêuticos de uma etnobotânica, os procedimentos de uma culinária sagra-

Os religiosos negros, os adeptos dos cultos afro-brasileiros, foram e são continuamente agredidos em seus direitos fundamentais, tolhidos de sua liberdade, ofendidos, maltratados, perseguidos brutalmente

da, o jogo dos símbolos que inscrevem valores no corpo por meio de sutis paramentos; não só uma estética vivificadora, embebida de amor pela riqueza da criação; nem só um cáldo apreço pela vida. Nos terreiros, um homem negro, uma mulher negra, reencontra uma história que lhe foi tirada, reconquista seus ancestrais, reinventa-se o tempo perdido, vive tradições que o referenciam; qualquer homem, qualquer mulher, assim acolhido no seio dos antepassados africanos (e caboclos), aprende uma fraternidade que ultrapassa todos os limites de cor e classe; aprende a amar o divino que é sua origem e seu horizonte. Ganha respeito por si mesmo, e pelos outros.

O ataque aos cultos afro-brasileiros compromete estas conquistas. Reativa o racismo. Traz consigo uma ameaça de desagregação, de incremento da violência no seio das classes mais desfavorecidas. Mas não atinge apenas suas vítimas diretas. O progresso da intolerância só pode comparar-se com o do crime organizado em termos do perigo que representa para a sociedade. É um surto de barbárie que pode destruir um país. ☞

Ordep Serra, doutor em antropologia e colaborador de KOINONIA.

“Desagriculturalização” e exclusão social

Ana Maria Motta Ribeiro e graduandos em Ciências Sociais e História da UFF

A partir de uma pesquisa ainda em andamento, se descobre que, por interesses escusos, o estado do Rio de Janeiro foi desvestido de suas imensas possibilidades agrícolas, alvo de projetos mesmo federais, para tornar-se vítima de toda uma série de desmandos a serviço de outros

A partir de denúncia advinda da administração da Reserva Biológica de Poço das Antas (Rebio), posteriormente assumida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), o Ministério Público Federal (MPF) iniciou Ação Civil Pública contra o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) em face de assentamento agrário ocorrido no entorno da Rebio e de acampamento de trabalhadores rurais sem terra, que ocupam parte da área do Entorno desde 1997 (Box 1). O principal argumento utilizado pelo MPF foi o de que a permanência dessas populações no entorno de uma Unidade de Conservação e, em especial, de uma Reserva Biológica, seria seriamente comprometida dos objetivos preservacionistas com ameaças à fauna e flora local, com atividades como caça e queimadas, além da devastação das matas ciliares.

Em maio de 2001, o MPF solicitou à Universidade Federal Fluminense

(UFF) que indicasse perito para realizar laudo sobre o impacto da Reserva, e em especial, para responder se resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que indicavam a distância mínima de dez quilômetros para atividades impactantes, seriam exigências pertinentes.

O Magnífico Reitor da UFF, em agosto de 2001, nomeou um grupo de trabalho (GT) de especialistas em questão agrária e ambiental de diferentes disciplinas que se auto-denominou GT Ecosocial, para a realização de laudo interdisciplinar sobre esse impasse. O grupo foi composto por Ana Maria Motta Ribeiro, Dario de Andrade Prata Filho, Mônica Cox de Brito Pereira e Wilson Madeira Filho, respectivamente dos departamentos de sociologia, de engenharia civil (setor de engenharia agrícola), de geografia e de direito público. Cada pesquisador criou um subgrupo apoiado por uma equipe de alunos bolsistas e, juntos, montaram o planejamento do trabalho de campo e constituíram um fórum de discussão teórica.

A Universidade entendeu ser seu papel produzir um parecer academicamente balizado. A partir de estudos e pesquisas previamente realizadas mostrou que, em princípio, a natureza da reprodução “camponesa” em escala simples permite uma atitude tal, quase simbiótica ou preventiva em relação à fauna e à flora, que as torna parceiras numa espécie de reprodução combinada. Entretanto, a prática social sugere contradições e daí a importância de um estudo empírico e teórico para cada caso.

Este artigo trata do conteúdo desenvolvido até o presente momento pelo subgrupo de sociologia ainda em fase de problematização do tema. Refere-se à constatação de que o estado do Rio de Janeiro, hoje possui mingua-dos pedaços de terra devoluta quase majoritariamente nas proximidades de florestas como a Serra do Mar que abriga a Mata Atlântica, produto de um processo intenso de concentração fundiária combinado com um modelo de urbanização dirigido pela especulação imobiliária. Ao lado dessa dinâmica, verifica-se o esvaziamento de terras com ocupação agrícola, preenchidas com uma suposta “vocaçã” fluminense para a indústria do turismo e do lazer; a expulsão de trabalhadores do campo; e fechamento de postos de trabalho ou sua precarização pela presença do trabalho temporário de bóias-frias. Tais fatos se vêm somando, nas últimas décadas, à favelização da metrópole, corroborada pela ausência de planos de ação social eficientes e duradouros por parte dos governos estaduais. A tudo acresce a morosidade intrínseca do Incra representante de um desanimado esforço de reforma agrária do atual governo federal.

De modo visível, a questão social se avoluma nas periferias das cidades médias do interior, como é o caso de Silva Jardim e Casimiro de Abreu que apresentam os maiores índices de pobreza do estado, espremidas por uma cultura das elites agrárias locais ativamente avessas à reforma agrária. Assim sendo, quase que obviamente a ocupação de terras pelo movimento social sem terra emerge como uma

saída cidadã, como expressão e voz organizada pela sociedade civil, em resposta ao impasse apresentado por uma ausência total de alternativas de integração social. E, considerando as adversidades dos processos de ocupação de terras e sua instabilidade, causa até perplexidade essa opção num contexto de expansão agressiva do capitalismo ilícito – narcotráfico – no território fluminense, ativo na oferta de emprego bem remunerado e de também, com forte dose de risco.

A degradação da Mata Atlântica, igualmente produz um quadro alarmante, e até chegamos ao ponto da quase extinção do mico-leão-dourado. Este é um fator determinante na reprodução da biodiversidade essencial à qualidade de vida humana no planeta num trecho que nos cabe respeitar, visto ser nosso espaço de residência e vida, o Rio de Janeiro. (Box 2)

BOX 1 HISTÓRICO DO ACAMPAMENTO SEBASTIÃO LAN

Há cinco anos, um grupo de 82 trabalhadores rurais sem terra ocupou uma área, a 2 quilômetros do Rio São João, na divisa de Silva Jardim e Casimiro de Abreu. A área fora desapropriada pelo Incra em meados dos anos 70, porém encontrava-se grilada por pecuaristas da região. Ali permaneceram em vigília por 8 dias. Neste período sofreram diversas formas de coação, barricadas e fechamento das porteiras por parte dos grileiros e da polícia local. No décimo dia, uma ordem judicial designou a liberação das porteiras, o que não eliminou os problemas com a polícia. A fim de tornar pública a ocupação e reivindicar a garantia de terra para trabalhar, os trabalhadores organizaram uma marcha com saída de Casimiro de Abreu no dia 28 de julho, o percurso de 156 quilômetros, deu-se até a sede do Incra no Rio de Janeiro. Ali permaneceram acampadas cerca de 300 pessoas durante 17 dias. No dia 5 de agosto de 1997 retornaram ao acampamento batizado de Sebastião Lan, em memória do líder rural fluminense assassinado também na luta pela terra. Durante 6 meses permaneceram

Cabe à pesquisa sociológica descobrir por que motivo o Rio de Janeiro depende hoje da importação de alimentos de São Paulo, do Espírito Santo e de Minas Gerais. Impõe-se essa pesquisa tendo em vista a degeneração de um estado detentor de um projeto federal e estadual com o objetivo de constituir um cinturão verde, agrícola, para torná-lo capaz de abastecer o mercado de consumo de alimentos. Chegou até a criar fazendas-modelo como a de Santa Cruz. Trata-se de um estado envolto hoje em lutas por terra, em questões como a suposta decadência da agricultura, presente apenas na monocultura industrial da cana-de-açúcar. Um estado é este à mercê de uma fictícia vocação para o turismo nas mãos do capital imobiliário a contrapor-se aos projetos pagos pelo dinheiro público e precipitadamente abandonados. Por esses motivos torna-

ameaçados por grileiros, até que uma liminar da Justiça Federal favorável ao Incra permitiu o cadastramento das famílias para fim de reforma agrária. Como o acesso ao acampamento passava por duas fazendas da região, os proprietários, sentindo-se ameaçados e afrontados, trataram de impedir a passagem dos trabalhadores, tendo estes que se deslocar por dentro do mato. Esta disputa territorial, pelo acesso ao acampamento permaneceu até que a justiça determinasse a abertura de uma estrada de acesso à cidade.

Hoje o grupo, mais reduzido, ainda resiste, debaixo de lona e impossibilitados de construir casas e plantações por uma Ação Civil Pública (n. 98.0010661-8), movida no Ministério Público Federal pelo Ibama e apoiada pela Associação Mico Leão Dourado que impede o Incra de assentá-los, tornando-os uma espécie de "povo invisível" que não pode receber o reconhecimento público governamental nem obter cidadania. Extraordinariamente, os trabalhadores acreditam que serão assentados, pois ali plantaram seus "pés de sonho", explicam.

se importante fazer considerações sobre os diferentes enfoques dos ambientalistas com relação ao lugar do homem na preservação da natureza.

Deste processo advém a construção de categorias que requerem explicação e análise tais, como "desagriculturalização", "desruralização" e o reordenamento social e econômico, na tentativa de se criar uma reflexão propositiva para os problemas e impasses representados no desafio de uma solução produtiva para o convívio harmonioso entre o Rebio Poço das Antas e comunidades de pequenos produtores rurais em seu entorno que se lá permanecerem terão, certamente que praticar uma agricultura ecologicamente correta.

Nosso estudo quer apontar até o momento que, ante esses fatos, a singularidade da questão ambiental no estado do Rio está profundamente articulada com a questão agrária como expressão da questão social e que, portanto, dificilmente, planos governamentais ou civis de preservação ecológica que desconsiderem essa imbricação poderão deixar de ser caracterizados como elitistas e promotores de exclusão social.

O HOMEM NA QUESTÃO AMBIENTAL

No Brasil, como no estado do Rio de Janeiro, a criação de uma legislação sobre Unidades de Conservação, se deu claramente dentro de um contexto internacional de crise ambiental. Viram-se ameaçadas as fontes de riquezas naturais em todo o globo terrestre, renováveis e não renováveis – e, também, as condições de renovação da biodiversidade do planeta. Diante deste quadro, entidades ambientalistas e grupos organizados de defesa do meio ambiente se depararam com um paradoxo: o homem, um animal integrante da natureza, estava degradando o meio ambiente, extinguindo uma infinidade de espécies animais e vegetais, colocando em

BOX 2 HISTÓRIA DE FUNDAÇÃO DA RESERVA BIOLÓGICA POÇO DAS ANTAS

A Reserva Biológica de Poço das Antas (Rebio) foi a primeira criada no Brasil. Por decreto (11 de março de 1974), no âmbito da ditadura militar, o Governo Federal delimita uma área de 3.000 hectares para a Reserva. Neste momento, é declarado o interesse social pela área, sendo necessário desapropriá-la para que o Incra promova a ação expropriatória dos ocupantes da área. Situada entre os municípios de Silva Jardim, Casimiro de Abreu e Araruama, a reserva em 1975 teve sua área alterada e delimitada em 5.000 mil hectares, cabendo ao Ibama a administração e fiscalização da área. É interessante notarmos que nesse momento não havia nenhuma política oficial de conservação ambiental que justificasse a escolha do estado do Rio de Janeiro, visto que áreas como a bacia amazônica eram prioritárias e ficaram ofuscadas.

O debate e as pesquisas começaram com a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, em 1968. Indicava-se, então, a importância dos primatas para a investigação biomédica e para a indústria farmacêutica.

Nos anos que se seguiram, compreendidos entre o início das pesquisas e

a criação efetiva da Reserva, o debate se acirra. Órgãos do governo brasileiro, a exemplo do Departamento Nacional de Parques, vinculado ao IBDF, ou mesmo grupos internacionais como o WWF, destacavam urgência na criação de uma reserva que propiciasse a não-extinção do mico leão dourado. Outros estudos mostravam que a degradação ambiental caminhava a passos largos. A extração desordenada de areia nas bancas do Rio São João, assim como a caça e a importação de 100.000 primatas pelos EUA nos últimos anos, colocavam em risco os futuros estudos. Em novembro de 1971 é assinada uma petição inicial de intenção de criação da Rebio. A partir desse momento, fica proibido atividades de caça e desmatamento das áreas da Reserva. Porém, é possível dizer que na futura área de desapropriação uma enorme variedade de interesses ora se cruzavam, ora eram conflituosos.

As fazendas que compunham a Rebio não tinham seus limites demarcados com clareza. Até mesmo a desapropriação, embora questionada pelos atingidos, foi regamente indenizada com Títulos da Dívida Agrária, que serviram como moeda de pagamento de desapropriação, com uma valorização de 1.100% entre

março de 1974 e dezembro do mesmo ano, pagos em dinheiro pela Caixa Econômica Federal. Além disto, continuava a caça e o contrabando das espécies consideradas em extinção. Do outro lado, o DN mantinha forte a idéia de sustentação da criação da Rebio. Seus estudos denunciavam uma série de irregularidades e ilegalidades. A partir de 1971, afirmaram, as fazendas perderam grande parte de suas áreas preservadas de florestas e apresentavam benfeitorias que antes não existiam. Isto representava uma diminuição do valor ambiental dos sítios da Rebio para a reprodução do mico leão dourado e, por outro lado, um grande incremento no valor das indenizações.

Além disto, já com a Rebio criada e delimitada, a construção da represa de Juturnaíba e a estrada BR 101 aparecem como fatores prejudiciais à preservação de remanescentes florestais. Assim, era necessária a ampliação da Rebio Poço das Antas, fato que agravou a pressão sobre as terras da região e que motivou a entrada de uma ação no Ministério Público visando a expansão da atual área da Reserva Biológica para a região ocupada pelo Acampamento Sebastião Lan.

risco portanto a sua própria manutenção e reprodução.

Este fato caracteriza-se, sem dúvida, como um produto do modo de vida e de organização social dominantes das civilizações ocidentais que é o capitalismo. Entretanto, aqueles que se uniram em torno da questão da preservação ambiental no mundo, algumas vezes fecharam um olho para olhar só com o outro ao assumirem de modo absoluto e mecânico o Ser Humano como agente degradador do meio ambiente *por natureza*.

Partindo desta premissa, de que o homem é nocivo ao pleno funcionamento dos ecossistemas, certos ambientalistas, sobretudo inspirados pelo modelo norte-americano de conservação, demarcaram áreas a serem protegidas contra a atuação humana. Deste

modo incentivaram um processo mundial de cercamento de terras, denominadas Parques, Reservas Biológicas, Unidades de Conservação, etc, tencionando a preservação de diversos ecossistemas em risco ou ainda intocados, nos quais torna-se legalmente proibida a presença humana. Algumas vezes essa atuação apresenta-se como efetivamente necessária, mas torna-se radical, quando generalizada sem considerações relativas à condição terceiro-mundista dos países que prioritariamente detêm ainda reservatórios de fotossíntese e oxigênio para o mundo, para que não sejam penalizados com essa generosidade, pelo aumento do contingente de sua população excluída.

No caso específico das Reservas Biológicas – o próprio nome aponta

um reservatório de ecossistemas – a *ação antrópica* é absolutizada em seus aspectos degenerativos e usurpadores da natureza e como tal representa um marco conceitual no que tange a elaboração de legislações acerca da proteção ambiental.

A implementação da Reserva Biológica de Poço das Antas em 1974 (box 2), envolveu questões importantes e problemáticas presentes no Brasil de hoje relativas à concentração de terras, aos modos de exploração do solo e dos demais recursos hídricos, minerais, energéticos e, o que é pior, à grilagem de terras por grandes fazendeiros. Superados ou “ajeitados” os impasses entre os agentes sociais envolvidos, instituiu-se a Rebio de Poço das Antas no local em que na mesma data se iniciou a construção de uma

barragem. Esta aproveitou e redefiniu os limites da Lagoa de Juturnaíba. Estaria ainda dentro de um contexto maior de especulação imobiliária que teria como objetivo principal a captação e o armazenamento de águas doces com vistas ao processo de urbanização, a fim de garantir o abastecimento das cidades em desenvolvimento e o crescimento voltado para o turismo, na Região dos Lagos.

Juturnaíba foi retificada para ampliar a capacidade natural de armazenagem, inundando várzeas e planícies, entremeando os morros acolchoados de Mata Atlântica, a paisagem regional. Esta, uma das mais bonitas e complexas do mundo, ao unir nascentes descidas da Serra dos Órgãos para formar as bacias hidrográficas de São João e de Campos. A construção da barragem, que causou impactos ambientais até hoje irreversíveis, está também inserida num contexto de expansão e crescimento econômico, ideologia esta disseminada por políticas públicas megalomânicas de expansão urbano-industrial no Brasil no período da ditadura e que atendiam ao binômio segurança e desenvolvimento. O governo procurou ajustar o problema da terra aos objetivos do desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, aos objetivos da segurança nacional, o que significa impedir ou dificultar o desdobramento político da luta pela terra.

Neste caso a ação antrópica se expressa pelas ações de degradação ambiental como consequência das atividades produtivas desenvolvidas pelos grandes proprietários anterior e posteriormente à criação da Rebio: todas baseadas na monocultura de arroz, nas atividades extrativas (areia, argila, madeira, carvão e lenha) e, ainda, concomitantemente na criação extensiva de gados. Ou seja, destruiu-se muita mata virgem para a construção de pastos, rasgou-se o solo e se alteraram os cursos naturais dos rios para a dragagem de terras inundadas por um

lado, e a irrigação de terras secas por outro. Como podemos perceber, são tantos os fatores participantes da degradação e destruição dos ecossistemas da região que fica mesmo a impressão de que a ação humana é fundamentalmente nociva ao meio ambiente.

Entretanto, essa degradação possui uma dimensão classista, nunca se comprovou que uma agricultura orgânica em pequena escala, praticada por trabalhadores rurais com suas famílias fosse predatória, enquanto o modelo agrícola privilegiado pelo Estado sempre apontou os limites ecológicos da monocultura e da grande propriedade.

Certamente explicada pelo econômico, essa idéia de que o homem genericamente agride a natureza ganha melhor sentido. Segundo Sevá, *a base deste discurso ideológico é a defesa de um modelo de acumulação de capital e utilização intensiva de energia. É por este motivo que afirmamos que a crise ambiental é primordialmente capitalista, porque baseia-se numa concepção produtivista, em que o mercado é um fim em si.*

A SUPOSTA DECADÊNCIA AGRÍCOLA DO RIO DE JANEIRO

Geiger e Mesquita, autores de um texto clássico sobre a questão agrária no estado do Rio de Janeiro discutem a tese da suposta decadência agrícola que teria advindo da abolição da escravatura e explicaria a perda da vocação agrícola do estado. Consideram-na inconsistente tendo em vista a forte presença, desde a abolição até a década de 1950, da fruticultura que colocou a produção fluminense de laranja como a maior do País.

Os autores definem a Baixada Fluminense como a região do Rio de Janeiro situada entre as altas encostas da Serra do Mar e o oceano, e trazem ao debate as atividades extrativas nas cidades de Silva Jardim e Casimiro de Abreu. Escrito há quase cinquenta anos, esse documento apresenta dados interessantes para a compreensão das

raízes históricas do processo social que envolve tanto questões ambientais (desmatamento/preservação), quanto conflitos sociais (concentração de terras/camponeses/trabalhadores rurais).

A mudança da correlação de forças entre o campo e a cidade é um traço fundamental no desenvolvimento econômico da região. Os produtos valorizados nesse momento, não-agrícolas, são uma das causas da concentração de grandes propriedades, na medida em que empresas industriais passaram a comprar terras de reservas. "A exploração de mata visa principalmente à produção de energia com lenha e carvão", afirmam os mesmos Geiger e Mesquita. Além do desmatamento para a construção de pastos e lavouras, a argila para a cerâmica e a areia para construções são elementos que se conectam numa série de ações causadoras do que os fazendeiros identificam hoje como uma sintomática crise no sistema hídrico. A ação era tão devastadora que assim comentam os referidos autores: *A passagem dos caminhos de lenha e carvão é muito comum nas estradas da Baixada. Seu movimento compara-se ao trânsito de veículos carregados de bananas, tijolos e telhas, açúcar e bebidas.*

Trabalhando a lavoura como uma forma de reflorestamento os autores destacam ainda que, após a extração de lenha, era comum o desenvolvimento de criação extensiva de gado e plantio de eucaliptos. O uso especulativo da terra, a atividade predatória combinados com a falta de investimentos dos proprietários na modernização (aumento) da produção agrícola é que causaram um efeito dramático na região nos anos de 1950; e acrescentam: *Os salários mais baixos são os pagos pelos fazendeiros de Silva Jardim e Casimiro de Abreu, zona de grandes fazendeiros, onde predominam, como atividades econômicas, a criação extensiva de gado bovino e a extração florestal para madeira, lenha e fabricação de carvão.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para entendermos hoje o cenário em que se dá a questão da terra no Rio de Janeiro, é necessário buscar a compreensão da trajetória de ocupação territorial que vem se desenvolvendo há décadas. O estado fluminense, assim como a maioria dos estados brasileiros, teve a ocupação baseada no modelo latifundiário, porém, nas últimas décadas, ocorreu um grande processo de urbanização e 'desruralização', que levou a um reordenamento espacial e social no estado.

Segundo Paulo Alentejano, dentre os principais agentes organizadores do espaço fluminense, destacaram-se o capital industrial e o capital imobiliário. O primeiro teria sido o principal responsável pelo impulso inicial do processo de 'metropolização', e o segundo, pela crescente subordinação do capital agrário ao desenvolvimento urbano no interior do estado e pela expulsão maciça do campesinato. Este processo se deu, principalmente, pela absorção de áreas periféricas à metrópole, e pela especulação imobiliária, que, em certa medida, reforçou um projeto para o estado que negava a existência da agricultura.

Algumas regiões como a Baixada Fluminense e o Vale do Paraíba já foram importantes centros de produção agrícola do estado ou mesmo do País – como no caso da produção de café ou da fruticultura –, porém, hoje são regiões altamente urbanizadas e com as marcas de industrialização. Este conjunto de mudanças enfrentou uma série de contradições que até hoje não se esgotaram, deparando-se com a resistência organizada ou desorganizada dos trabalhadores ou das populações tradicionais e se reproduzindo de diferentes maneiras, gerando conflitos agrários e explosão demográfica nas periferias urbanas configuradas pela presença de contingente significativo de desempregados recém-saídos do campo ou de trabalhadores temporários, os bóias-frias.

DISTRIBUIÇÃO RURAL-URBANA DA POPULAÇÃO (RIO DE JANEIRO, 1950-1996)

	1950	1960	1970	1980	1991	1996
Total	4.674.645	6.649.646	8.994.802	11.291.520	12.807.706	13.406.379
Urbana	3.392.591	5.252.631	7.906.146	10.368.191	12.199.641	12.806.448
%	72,58	78,99	87,90	91,82	95,25	95,6
Rural	1.282.054	1.397.015	1.088.656	923.329	608.065	599.891
%	27,42	21,01	12,10	8,18	4,75	4,44

Fonte: Censos Demográficos do IBGE.

Este esvaziamento do meio rural se reflete nas estatísticas do estado, que demonstram não somente uma crescente queda na população do interior, mas também uma baixíssima participação do setor agrícola no PIB fluminense. O processo de 'desruralização' (Ver Tabela) foi tão intenso que entre 1950 e 1996, a população rural decresceu de 1.280.000 pessoas (27,4% do total em 1950), para 600.000 pessoas (4,44% do total em 1996) e a participação do setor agrícola no PIB ficou ao redor de 2%.

Em período recente, assumindo uma nova dimensão, com a emergência do movimento social organizado pelos sem-terra, abriu-se um processo de 're-ruralização'. Com o progressivo fechamento dos postos de trabalho nas grandes cidades, a disputa por terras retomou fôlego caracterizado no âmbito da luta por sobrevivência. Abriu-se, portanto, um novo e contraditório dilema, pois se há esta revalorização do espaço rural, isto não significa uma volta ao passado, ao antigo rural, mas sim, a produção de um novo rural, transformado pelo próprio processo de urbanização e metropolização do estado.

Esta nova realidade rural do estado expressa-se no avanço em atividades como o ecoturismo, na expansão das áreas de lazer em espaços rurais e no desenvolvimento de formas agrícolas alternativas de produção, que incorporam crescentemente a questão ambiental, respeitando a diversidade dos ecossistemas, em oposição ao modelo homogeneizador da Revolução Verde.

Porém, desconsiderando cada vez mais agudamente a questão social e gerando, eventualmente, exclusão.

Deste modo parece compreensível fazer sentido ouvir e aprender com os segmentos sociais atingidos diretamente pela expulsão do campo e que agora ocupam a terra no entorno da Rebio e que resistem há cinco anos, acampados como um "povo invisível" que não possui direitos legais, por não ser assentado, para solicitar apoio ao estado. Eles gritam e pedem que a luta ambiental do alto de sua nobreza não os elimine da História. *Esse é um quadro onde a produção científica tem um papel de destaque, podendo ser responsável pelo agravamento da questão ambiental do planeta ou pela geração de saídas e reformas capazes de construir novas relações entre países e entre sociedade e natureza.*

Assim a pesquisa persegue sua dinâmica, entendendo essa agricultura familiar ecologicamente controlada como um projeto sociológico de 're-ruralização' progressista do território fluminense e de garantia vigilante da reprodução saudável da Mata Atlântica. ☺

Ana Maria Motta Ribeiro, professora da UFF, e Fernando Henrique Guimarães Barcellos, Flávio Alves Serafini, Janaina Tude Sevá, Juliana Gomes Moreira, Rodolfo B. de Menezes Lobato da Costa, graduandos em Ciências Sociais e História.

Comunicação como direito humano

Orlando Fantazzini

Em discurso na Câmara de Deputados, o Autor discute e ineficácia de um direito de “mão dupla” que termina por exercer-se em mão única, visto deixar ao consumidor muito poucas opções de escolha dos conteúdos: “A mão invisível do mercado serve mais para manipular, não para fazer opções...”

Quero abordar a questão da comunicação vista como um dos direitos humanos reconhecidos universalmente no âmbito do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, do qual o Brasil é parte. O direito de informar e ser informado constitui-se num dos direitos de maior impacto na atualidade em nosso país, uma vez que ele influi de forma decisiva tanto para promover como para inibir o exercício dos demais direitos humanos. Na “sociedade do conhecimento” em que vivemos, conforme a conceituação de Peter Drucker, o conhecimento é um bem mais valioso que o capital financeiro e o industrial. Nesse contexto, o direito à comunicação passa a ser absolutamente indispensável e indissociável do exercício da democracia. Sem o efetivo exercício desse direito, uma sociedade não

se pode afirmar como um espaço de liberdade, e o ser humano não está completo como cidadão.

Vale ressaltar que o direito humano à comunicação é via de mão dupla. Não é suficiente a um cidadão receber – na condição de mero consumidor – de forma acrítica, conteúdos que ele não escolheu, que ele não elaborou, por um meio que não lhe pertence. A mão invisível do mercado serve mais para manipular, não para oferecer opções ao cidadão livre. Mesmo a minoria de pessoas com acesso à TV por assinatura se depara com um fato: os 60 ou 80 canais disponíveis na verdade são redutíveis a uns 15, pois se repetem no conteúdo e na propriedade de seus controladores, na verdade uns poucos grupos com atuação cada vez mais globalizada. Portanto, o mercado de mídia não oferece opções para todos os gostos, posturas éticas e interesses culturais. Na realidade, esse é um setor altamente monopolizado, concentrado em uns poucos grupos, cujo interesse é padronizar para lucrar mais com informação e entretenimento também padronizados, que desconhecem e desvalorizam a riqueza da produção cultural localizada fora de grandes estúdios, redações e indústrias gráficas.

Ninguém desconhece que essas grandes corporações expressam os interesses políticos, econômicos e culturais do grande império contemporâneo, que são os Estados Unidos. Sobre tudo depois dos atos terroristas de

11 de setembro contra os Estados Unidos, a administração Bush atuou claramente no sentido de assegurar um rígido controle do conteúdo informativo da mídia, legalizando e legitimando a censura naquele país. Quem denuncia isso são organizações sociais e jornalísticas dos próprios Estados Unidos.

A ausência de meios para a expressão de opinião, cultura e estética dos segmentos sociais não representados nessas corporações da mídia torna o conjunto desses segmentos uma ampla maioria a quem só cabe engolir o que lhes é empurrado. Eles formam a legião dos sem-TV, dos sem-jornal, dos sem-rádios. São tratados pelo governo brasileiro como são tratados os sem-terra: com indiferença quando calados e com violência quando protestam. Estou me referindo à forma como o Ministério das Comunicações trata as emissoras de rádio comunitárias, hoje o principal movimento de resistência em comunicação social organizado pelos setores populares. Essas modestas emissoras são desativadas por enormes aparatos da Polícia Federal, com desnecessária demonstração de força e emprego de excesso de violência. Para que tudo isso? Acreditamos que seja para dar um recado: a comunicação de massa é privativa dos grandes grupos concessionários do Estado. Afaste-se, pois nesse espaço, o povo não entra.

E quais são esses grupos que controlam a mídia no Brasil? A revista *Veja* publicou recentemente um quadro com o perfil político-partidário dos

controladores de emissoras de rádio. Não nos surpreendeu verificar que o Partido da Frente Liberal (PFL) figurava como o partido com mais emissoras de rádio. Nem o Partido dos Trabalhadores (PT) sequer figura no quadro, pois nunca foi permitido a seus integrantes controlar emissoras. Como todos aqui sabem, historicamente, o governo federal tem utilizado as concessões de rádio e TV como mecanismo de troca política. Desta forma, se entre as grandes redes de TV, as grandes empresas de mídia, há uma concentração cada vez maior em mãos de grupos norte-americanos, no Brasil as emissoras de rádio estão também concentradas, mas por certo numa escala maior, entre lideranças políticas conservadoras, ligadas aos governos que se sucederam nos últimos anos, principalmente nos anos de 1980, durante o governo Sarney, sendo ministro das Comunicações o Antonio Carlos Magalhães, quando houve a farra das concessões de rádio e TV.

Mas o direito à comunicação não depende só do controle do meio, do instrumento. E nesse sentido as sociedades modernas têm manifestado uma preocupação cada vez maior com o controle social sobre a *programação dos meios de comunicação de massa*. Lamentavelmente, também nesse quesito o Brasil está atrasado, é refém de interesses dos grandes grupos que concentram o poder sobre a mídia e que tem influído de forma determinante nas decisões a esse respeito do Congresso Nacional. Desde que a nova Constituição passou a vigir, abandonamos os antigos e autoritários instrumentos legais, o que foi positivo, sem dúvida, mas – e aí está o problema – sem que nada os substituísse.

Se a Constituição de 1988 avançou no sentido de balizar democraticamente a questão, por outro lado não foi

criada legislação decorrente nem agências capazes de aplicá-la, ao contrário do que ocorreu para diversos setores, como energia, petróleo, telefonia e águas. Ainda que não se questione o modelo de regulamentação, com base nessas agências, é o caso de perguntar: Por que a comunicação não deve ser regulamentada, se todas as demais áreas importantes de atividades o são?

A principal proposta criada sob o influxo da mobilização constituinte e já no espírito de reconciliação do País com a democracia, simbolizado pela Carta de 1988, foi a criação do Conselho de Comunicação Social, com a função de órgão auxiliar do Congresso Nacional. Ele foi concebido como o instrumento democrático de controle social sobre a programação da mídia. Durante mais de oito anos, porém, obstáculos vêm sendo colocados para impedir que o Conselho seja instalado. Uma nova esperança de instalação do Conselho surgiu no horizonte agora, durante as votações do primeiro e do segundo turno da proposta de emenda à Constituição que abre as empresas de mídia para o capital estrangeiro. Em novembro do ano pas-

sado e em fevereiro deste ano, o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Aécio Neves, comprometeu-se em tomar as providências necessárias para instalar o Conselho.

A cada Conferência Nacional de Direitos Humanos, a cada seminário e a cada audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara tem realizado nos últimos anos sobre esse assunto, enfim, em todos os debates entre militantes e agentes públicos dessa área, é consensual o entendimento de que sem democratização da mídia, não há direitos humanos de verdade neste país!

No vácuo da omissão no que diz respeito ao controle social da programação, e movidas pela crescente com-

Não é suficiente a um cidadão receber – na condição de mero consumidor – de forma acrítica, conteúdos que ele não escolheu, que ele não elaborou, por um meio que não lhe pertence

Nando Neves



A luta pela democratização dos meios de comunicação mobiliza diversos setores da sociedade – mas deveria ser uma bandeira de todos os cidadãos e cidadãs

petição por audiência, emissoras e produtoras de televisão não têm hesitado em produzir e reproduzir material que estimula a violência e afronta princípios éticos e humanistas. Pesquisas confiáveis, produzidas mesmo pela Organização das Nações Unidas para a Educação (Unesco), têm demonstrado que a incidência de cenas de violência, inclusive nos programas infantis, é crescente, com efeitos danosos. Diante de algumas ondas de abusos mais chocantes em período recente, o então ministro José Gregori solicitou às emissoras a elaboração de um código de ética comum, que nunca foi apresentado. As empresas têm recorrido ao surrado argumento de que as restrições na programação constituiriam censura. Ora, muitos desses dirigentes de empresas da área calaram-se diante da censura imposta pelo regime militar – aquela sim, censura de verdade. Hoje despontam na luta pela existência do controle social e democrático da mídia alguns dos que mais lutaram contra a censura e, portanto, têm autoridade moral para defender esse controle diante dos abusos que se agigantam diante da omissão da sociedade e do Congresso Nacional.

O controle social da programação da mídia é hoje consagrado na maioria dos países desenvolvidos, com sociedades organizadas, quer tenham hegemonia política neoliberal, quer socialdemocrata. Só agora começamos a avançar na regulamentação de meios, como o *vchip* – aquele seletor que controla os canais nos próprios aparelhos de TV, permitindo aos chefes de família vetar a exibição de determinados programas. Dispor de códigos de ética que funcionam, eleger parâmetros legais e órgãos reguladores do Estado com participação da sociedade civil e do Legislativo são elementos da democracia moderna. Há modelos ‘clássicos’

de controle, como os da Inglaterra, Estados Unidos e de Portugal, até com a existência de movimentos sociais organizados para influir sobre a programação exibida pela mídia.

Os abusos proporcionados pela ausência de regulamentação, pelo “vale tudo” concedido pelo Estado brasileiro a empresas e produtores de programação, gera atitudes de extrema arrogância e desrespeito aos princípios e leis que regem a vida em sociedade.

Recentemente, a Câmara dos Deputados, a Comissão de Direitos Humanos e eu, na condição de presidente da referida comissão, fomos alvos da infâmia e da injúria, perpetradas pelo sr. Carlos Massa, conhecido como *Ratinho*, em seu programa que vai ao ar na rede de televisão SBT.

No dia 25 de março, durante o programa diário, o apresentador *Ratinho* veiculou imagens de adolescentes sendo vítimas de abuso sexual pelo médico Eugênio Chipkevitch, protagonista do episódio de pedofilia que chocou o País. Não considerando suficiente veicular algumas imagens com tarja e informar sobre o crime bárbaro – como aliás fez a principal concorrente do SBT – o Programa do *Ratinho* apelou para um sensacionalismo brutal, exibiu cenas chocantes à exaustão, explorando os desejos e sentimentos mais mórbidos e doentios que o ser humano pode ter. Foram horas de imagens de abuso sexual do médico contra adolescentes, incluindo sexo oral. Mesmo com uma venda nos olhos, seria perfeitamente possível reconhecer a identidade desses adolescentes, que foram expostos indevidamente.

Não há dúvidas de que se trata de fato de indiscutível interesse público e que, por isso mesmo, é fato jornalístico. Isso é uma coisa. Outra muito diferente é a que fez o apresentador, ao desrespeitar e ferir a integridade

Mas o direito à comunicação não depende só do controle do meio, do instrumento. E nesse sentido as sociedades modernas têm manifestado uma preocupação cada vez maior com o controle social sobre a *programação dos meios de comunicação de massa*

física e moral daqueles adolescentes. Evidenciou-se que a única intenção do apresentador era a de elevar a audiência do seu programa, recorrendo a meio vil, ferindo a intimidade e privacidade dos adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, art. 17) prevê – em consonância com nossa Constituição, com as Convenções e Tratados Internacionais em vigor no Brasil – que o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. O artigo 18 da referida Lei estabelece que é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Em vista da flagrante ilegalidade, não poderia, como presidente da Comissão de Direitos Humanos, omitir-me. Enviei então um ofício ao referido apresentador, lavrado em termos extremamente educados, solicitando-lhe que, sem prejuízo da informação que viesse a prestar sobre o caso se abstivesse de continuar explorando as

Desde que a nova Constituição passou a vigir, abandonamos os antigos e autoritários instrumentos legais, o que foi positivo, sem dúvida, mas – e aí está o problema – sem que nada os substituísse

imagens dos adolescentes, por ser essa exibição desnecessária e abusiva da integridade dos meninos. A resposta que recebemos não foi um agradecimento, mas uma sucessão de insultos em seu programa, dirigidos a este presidente, à Comissão de Direitos Humanos e à própria Câmara dos Deputados. Numa atitude covarde de quem insulta sem a possibilidade do contraditório, de quem se utiliza de uma concessão pública para achincalhar a legislação em vigor e as instituições democráticas que tanto custaram para ser construídas. Diante disso, solicitamos, por meio amigável, a possibilidade do direito de resposta, que foi respondida com o silêncio quanto à proposta associada e com a continuidade dos xingamentos no referido programa.

Enquanto isso, os meninos, depois de terem sido vítimas de um pedófilo para quem exigimos todo o rigor da lei, continuavam vítimas pelo programa do Ratinho, por meio da exposição vexatória, do constrangimento, do desrespeito a intimidade e privacidade. O referido apresentador incorreu no crime previsto no artigo 240 do ECA, que prevê como pena a condenação do difusor das imagens à pena de prisão com reclusão em regime fechado de quatro a seis anos além de multa.

Diante disso, pergunto: Por que uma pessoa pobre, faminta, negra, ao ser flagrada furtando algo para comer,

é vítima da tortura, das piores humilhações, dos sofrimentos mais cruéis? Enquanto que o que explora, fatura com o crime e o difunde, usando uma concessão pública, deveria permanecer impune?

Acreditamos que, até para efeito pedagógico, para inibir a continuidade desses fatos, eles precisam ser clara e publicamente repudiados, na forma da lei, para preservar sua integridade, pelo Ministério da Justiça, a quem incumbe a fiscalização e classificação indicativa dos programas televisivos; pelo Ministério Público, ao qual cabe analisar os fatos e formalizar denúncia contra eventuais delitos cometidos e, finalmente; pela Justiça, que deverá julgar o caso.

Pela Comissão de Direitos Humanos, solicitamos ao presidente da Câmara que encaminhasse o caso à Procuradoria da Câmara, para proceder à avaliação e abertura de processo. Ao Ministério da Justiça e ao Ministério Público, solicitamos providências no sentido de que o apresentador seja proibido expressamente de exibir as referidas imagens e a suspensão do programa caso seu responsável não assuma compromisso de não continuar a reincidir no crime.

Este caso é apenas mais um caso específico, mas volto a assinalar, ele ocorre estimulado pela ausência de uma adequada regulamentação da utilização das concessões públicas de televisão e rádio. É fruto da ausência da ação pronta das instituições e da sociedade no sentido de não tolerar a impunidade nos crimes em que os instrumentos são essas concessões públicas.

Mas tão importante quanto a ação da sociedade civil e do Estado, é a ação das próprias empresas de comunicação. E neste momento gostaria de exortar essas empresas a adotar e respeitar efetivamente seus códigos de

ética internos, quando houver e, não havendo, criá-los; exortá-los a exercitar sua visão histórica e antecipar-se às mobilizações da sociedade e às ações institucionais que poderão vir a obrigá-los a atuar em consonância com princípios éticos e sociais aceitáveis, mas a um custo maior, com desgastes desnecessários. Com base no histórico dos debates e resoluções dos encontros das organizações de direitos humanos dos últimos anos no Brasil e na experiência da própria Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, cabe sugerir às emissoras de rádio e televisão, evitarem ser instrumentos e meios para a prática de delitos, de abusos e de invasões de privacidade.

Quero sugerir a essas emissoras que empreguem sua elevada capacidade técnica, seus recursos profissionais e econômicos, o melhor do talento artístico, jornalístico e administrativo de que dispõem em prol de ações positivas, abrindo espaços de sua programação para o resgate e o desenvolvimento cultural de nosso povo; para a promoção de valores e princípios de valor universal como os direitos humanos; para a abertura de debates que levem a superar violações que acontecem em grande escala em nosso país contra as mulheres, as crianças, os negros, os indígenas, os portadores de deficiência, os que passam fome, os excluídos.

É, sim, possível conciliar bons índices de audiência e respeito aos direitos humanos! Experiências no Brasil e no exterior demonstram isso. E o Brasil tem talento para tanto. É possível entreter e também educar! ☺

Orlando Fantazzini (PT/SP), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Discurso na Câmara, em 12/4/2002 (adaptado).

Um duro golpe nos trabalhadores

Anselmo Souza

Apenas traição, traidores; esbulho; rasteira. Informações para ler, remoer, ruminar, e sentir-se mergulhado no monumental engodo. Que, até outubro, os eleitores não se esqueçam

Novidade, não é. O receituário é o mesmo, neoliberal. A cartilha, também, do FMI. Portanto, quem arcará com o custo do ajuste proposto pelo Governo Federal para enfrentar a crise serão os trabalhadores, que recebem mais um duro golpe.

A investida do Governo atual, em nome da modernidade das relações de trabalho, vai no sentido de acabar com conquistas históricas das classes trabalhadoras, pois o Projeto de Lei n. 5.483, que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e tramita no Senado Federal como Projeto de Lei Complementar n. 134/01, traz no seu bojo modificações profundas no artigo 618 da CLT, onde direitos assegurados pelos trabalhadores poderão ser flexibilizados pelas empresas e sindicatos, através de acordos e convenções coletivas.

Caso aprovado o Projeto de Lei Complementar do Governo Federal, que altera o artigo 618 da CLT, as perdas dos trabalhadores serão enormes. E, conforme estudo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça

do Trabalho, as consequências serão extremamente danosas. Vejam-se:

- Fim da solidariedade passiva do grupo econômico.

Neste caso a trabalhador perde a garantia de recebimento dos créditos trabalhistas que poderiam ser pagos por outras empresas do grupo.

- Exigência de um número mínimo de dias para o trabalhador ser considerado empregado.

Redução do número de trabalhadores com direitos trabalhistas.

- Possibilidade de tratamentos distintos em relação à espécie de trabalho e à condição do trabalhador intelectual, técnico e manual.

Favorecimento a alguns em detrimento de outros empregados.

- Somente será considerado de serviço efetivo o período em que o empregado estiver executando ordens.

Não receberá pelo tempo à disposição do empregador.

- Os serviços executados no domicílio do trabalhador não geram vínculo de emprego.

Perdas de todos direitos trabalhistas.

- Fim do Instituto da sucessão de empregadores.

Perda da garantia de recebimento dos créditos trabalhistas devidos pelo sucedido que poderiam ser pagos pelo sucessor.

- Fim da obrigatoriedade da Carteira de Trabalho e Previdência Social para o exercício de qualquer trabalho.

Perda de direitos trabalhistas e previdenciários.

- As anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social gozarão de presunção absoluta de veracidade.

Possibilidade de fraude e desvirtuamento das anotações efetuadas.

- Horas extras ilimitadas.

Prejuízo à saúde do trabalhador.

- Banco de horas sem limite temporal de duração.

Prejuízo financeiro e a saúde do trabalhador.

- Intervalo interjornada sem limite.

Prejuízo à saúde do trabalhador, com risco de sofrer acidente de trabalho.

- Trabalho aos domingos e feriados com remuneração sem acréscimo.

Prejuízo à saúde, lazer, à família e financeiro ao trabalhador.

- Limitação ou fim do intervalo intrajornada.

Prejuízo financeiro e à saúde do trabalhador.

- Fim da indenização pela não concessão do intervalo intrajornada.

Prejuízo financeiro ao empregado.

- Possibilidade de alteração do percentual dos adicionais noturno, insalubridade, periculosidade.

Prejuízo financeiro ao empregado.

- Fim do adicional noturno.

Prejuízo financeiro ao empregado.

- Fim da hora noturna reduzida.

Prejuízo financeiro ao empregado.

- Possibilidade de alteração da jornada noturna: Exemplo: entre as 24 e 03 horas.

Prejuízo financeiro ao empregado.

- Possibilidade de redução dos dias das férias para, por exemplo, 10 dias, bem a retirada do prazo máximo de concessão.

Prejuízo socioeconômico ao empregado.

- Faltas ao serviço descontadas das férias.

Prejuízo socioeconômico ao empregado.

- Aviso de gozo das férias no dia da concessão destas.

Prejuízo social ao empregado e sua família.

- Membros de uma mesma família, que trabalham na mesma empresa, não poderão gozar de férias conjuntamente.

Prejuízo social ao empregado e sua família.

- Menor de 18 anos não terá direito a gozar férias coincidentes com as férias escolares.

Prejuízo social e acadêmico ao empregado.

- Fim da multa pela não-concessão das férias dentro do prazo.

Prejuízo financeiro ao empregado.

- Férias individuais e coletivas poderão ser cindidas sem limites.

Prejuízo socioeconômico ao empregado.

- Os adicionais não serão utilizados como base de cálculo da remuneração das férias.

Prejuízo financeiro ao empregado.

- Conversão total das férias em abono pecuniário.

Prejuízo socioeconômico ao empregado.

- Desnecessidade de pagamento antecipado das férias.

Prejuízo socioeconômico ao empregado.

- Desnecessidade de pagamento das férias e 13º salários proporcionais na rescisão do contrato.

Prejuízo socioeconômico ao empregado.

- Prescrição das férias contadas do término do período aquisitivo.

Prejuízo econômico ao empregado.

- Desnecessidade de proporcionalidade entre trabalhadores brasileiros e estrangeiros, podendo toda a mão-de-obra de uma empresa ser de estrangeiros.

Prejuízo a toda a população nacional.

- A contratação de empregados por empresa interposta é legal em qualquer atividade.

Prejuízo financeiro ao empregado.

- A contratação de empregados por empresa interposta não gera vínculo de emprego, nem a responsabilidade subsidiária com a tomadora dos serviços.

Prejuízo socioeconômico ao empregado e ao INSS.

- Contratos de trabalho somente por prazo determinado e sem limites de prorrogação.

Prejuízo financeiro ao empregado.

- Fim da solidariedade nos contratos de subempreitada.

Prejuízo socioeconômico ao empregado.

- Ajuda de custo, gratificações, diárias para viagem, abonos, gorjetas e salário-utilidade não integram a remuneração obreira.

Prejuízo financeiro ao empregado e ao INSS.

- Possibilidade do pagamento dos salários somente por intermédio de utilidades.

Prejuízo financeiro ao empregado.

Bebidas alcoólicas e cigarros poderão ser considerados salários-utilidade.

Prejuízo à saúde e econômico ao empregado.

- Fim da necessidade de pagamento salarial mensal.

Prejuízo sócio-econômico ao empregado.

- Fim da equiparação salarial e de diferenças salariais advindas do desvio de função.

Prejuízo financeiro ao empregado.

- Possibilidade de desconto salarial por prejuízos causados, independentemente de culpa do empregado.

Prejuízo financeiro ao empregado.

- Facultada a utilização do *truck sistem*.

Prejuízo financeiro ao empregado.

- Permitida a cessão dos salários para qualquer credor do empregado.

Possibilidade de fraude e prejuízo financeiro ao empregado.

- Permissão do pagamento de salário em qualquer moeda.

Prejuízo financeiro ao empregado.

- Fim das multas dos artigos 477 e 467 da CLT.

Prejuízo financeiro ao empregado.

- Autorização para que o empregador faça alterações unilaterais no contrato de trabalho.

Prejuízos incalculáveis.

- Ao empregado afastado não é assegurada quando da sua volta nenhuma vantagem deferida à categoria quando da sua ausência.

Prejuízos incalculáveis.

- Fim dos motivos de suspensão e interrupção do contrato de trabalho, exceto licença paternidade e maternidade.

Prejuízo socioeconômico ao empregado.

- O TRCT homologado servirá de prova de quitação de todos os direitos trabalhistas devidos durante o vínculo, independente de se ter especificada a parcela quitada.

Prejuízo financeiro ao empregado.

- Não há indenização no caso de rescisão antecipada do contrato a termo.

Prejuízo financeiro ao empregado.

- Possibilidade de o empregador criar novas justas causas para a dispensa do obreiro.

Prejuízo financeiro ao empregado.

- Possibilidade de os empregados receberem salário mínimo mensal e o restante somente mediante participação nos lucros mensal sem natureza salarial.

Prejuízos financeiros ao empregado e ao INSS.

- Possibilidade de dispensa, por justa causa, do empregado, no caso de greve e em qualquer caso.

Prejuízos financeiros e ao direito de livre manifestação.

- Possibilidade de integração dos anuênios e gratificações no salário, e corte de seus pagamentos futuros.

Prejuízos financeiros ao empregado.

- Possibilidade do fim do sindicato da categoria diferenciada.

Prejuízos aos sindicatos e empregados desta categoria.

- Limitação da estabilidade sindical a um dirigente.

Prejuízos para a categoria.

- Possibilidade de tudo o que foi relatado aqui ser colocado em um acordo coletivo com validade de 30 anos.

Prejuízos incalculáveis.

Logo, para o Pólo Sindical do Submédio São Francisco, é inaceitável qualquer iniciativa que tenha como objetivo o comprometimento dos direitos assegurados, principalmente, quando esses direitos são frutos de lutas desenvolvidas por gerações de trabalhadores desde a década de 1940. ☹

Anselmo Souza, assessor do Pólo Sindical do Submédio São Francisco.

Violência: quem és?

Em tempos difíceis é preciso entrar no coração da dificuldade. Em tempos de violência é preciso entrar no âmago da violência. Não resolvemos a dificuldade tentando não vê-la ou escondendo-a para que não nos atrapalhe.

Não sanamos o excesso de violência com policiamento ostensivo e com compra de armas de última geração. Não resolvemos a situação de violência generalizada embelezando-a com discursos de justiça futura apenas para que seja suportável.

De fato, muitas vezes, este comportamento é o mais comum entre nós porque nos ajuda a sobreviver e agüentar a vida dura de cada dia. A dor grande demais nos leva às vezes a não querer mais ver, nem saber, nem sentir, nem reagir. Já não agüentamos mais falar de crises, de problemas, de dificuldades. Queremos romper com o discurso e com as ações de violência. Estamos exaustas, exauridas, extenuadas de ver, ouvir e viver a mesma monótona violência nas suas múltiplas formas. Então, nos deixamos apenas viver, empurrar a vida como podemos.

Mas, por mais doloroso que seja é preciso de vez em quando olhar de cara nossa nudez, nossa rudez, nossa estupidez humana capaz de "criar um mundo" de horrores e de insensatez. Nós que somos capazes de gestos incríveis de amor somos os mesmos capazes de odiar "até o fim".

É preciso visitar de novo nossa intimidade, ver nossa cumplicidade e responsabilidade com o estado atual de nossa vida, de todas as vidas do planeta. É preciso chegar às nossas crenças, desce aos infernos ou subir aos céus, ir até Deus, de norte a sul, de leste a oeste. Não podemos mais poupar nossas imagens do divino na luta por encontrar saídas de vida digna. Tudo se contamina de violência. Tudo vira violência quando a lógica da vida é violenta. Por isso, pedi ajuda ao profeta Jeremias. Imaginei que ele tivesse vivido coisas um pouco parecidas com o que vivemos hoje.

Leiam de novo algumas de suas frases e dei-

xem que elas lhe firam a interioridade pessoal, que façam sangrar ainda mais nossas feridas comuns, que evoquem situações de nossa história atual. Deixem que elas lhes conduzam ao silêncio, à dúvida em relação a nós mesmas, em relação aos nossos deuses, imagens de nossa desvairada violência. O exagero de suas imagens corresponde à pálida expressão da ira nascida da História real. Não se trata de simples retórica. Jeremias expressa a dor pungente de quem está acuado pela vida, de quem se pergunta e quer encontrar apenas alguns ensaios de resposta.

*Deus se comportou como inimigo
Foi como um urso à espreita,
Como um leão de emboscada.
Consumiu minha carne e minha pele,
Despedaçou os meus ossos.*

*Por mais que eu grite por socorro,
ele abafa minha oração.
A cada clamor a resposta vem de um golpe de espada
A cada apelo e a cada grito aumentam as agressões dos
que fazem a guerra.*

*Crianças desfalecem pelas ruas,
A fome as consome e mata.
As mães perguntam "onde há pão"?
E apenas encontram pedras e destroços.*

*Jazem por terra, nas ruas,
O moço e o velho,
as virgens e as viúvas...
Todos caíram, mortos no dia de tua ira.*

*Eu sou uma mulher que conheceu a miséria
Andei nas trevas, envolvida e habitada pela escuridão,
Tua mão se voltou contra mim a cada dia
Erro agora pelos caminhos, em busca de consolo, de
justiça e paz.*

*A vida saciou-me de amargura,
Inebriou-me de absinto e veneno.
Alimentou-me de pó e cinza.
Fez de mim imundície, refugio no meio da terra.*

*E tu Deus,
Tu te envolveste com uma nuvem
Para que não fosses atingido por nossos gritos,
E para que nossa oração não passasse por teus ouvidos.¹*

Este trágico poema do profeta Jeremias, no qual nem Deus é poupado como cúmplice e autor de violência, me fez pensar no lugar da violência. Estaria ela apenas num lugar preciso, detectável, circunscrito em coisas e pessoas? Seriam apenas alguns os criadores de violência e todos os outros, os puros, os pacíficos isentos dessa lepra mortal? Ou seria a violência como um fermento de alta potência que se mistura a toda a criação?

De repente me dei conta de que eu sou violência,
que tu és violência,
que nós somos violência,
que eles são violência,
que Deus é violência,
que tudo vive em violência.

Por isso, hoje não quero palavras de consolo,
Hoje não quero explicar a violência, as violências, as virulências.
Hoje não quero encontrar os caminhos de esperança que sempre estão no final do túnel dos religiosos ou dos discursos dos políticos.

Hoje quero sentir-me violência, afogar-me na minha própria sórdida violência, nadar nos seus mares sombrios, provar de suas águas turvas de múltiplos sabores.
Quero ousar dizer que me agrada a fome dos outros, que vibro fazendo guerra contra os mais fracos e deserdados.
Quero dizer que me excita derramar o sangue dos que chamo de inimigos,
que me é um prazer ver seus corpos feridos, caídos e inertes.

Quero dizer que primeiro luto para salvar minha pele,
primeiro quero saciar meu estômago, meu prazer, meu eu, minha vaidade;
primeiro quero sentir-me rainha, imperatriz, generala e general de exércitos poderosos.
Amo o poder e o poder de construir e destruir,
Alegra-me ver os trabalhadores curvados pelo peso das pedras,
gosto de ver os corpos arrastando-se feridos, fétidos, famintos,
aos meus pés, de joelhos como escravos pedindo clemência...
como mendigos implorando por pão.

Habituei-me aos cantos de guerra e às marchas fúnebres...
São suaves aos meus ouvidos e chegam até a provocar em mim bons sentimentos.

Os outros,
Os outros são meus inimigos,
São meu ódio misturado à água, ao vinho, à cerveja que bebo.


Hoje quero ser, ao menos por instantes, violência capaz de ódio,
capaz de matar as crianças no colo de suas mães,
Capaz de quebrar os dentes do inimigo e os ossos dos que me atrapalham.
Capaz de destruir plantas e plantações.
Capaz de devastar florestas,
Capaz de estremecer de prazer à queda de uma árvore centenária.
Capaz de oferecer fel em vez de água.

Hoje sou violência que estupra com espadas de carne, de ouro e de ferro vil.
Violência contente de fazer discursos inebriantes de amor ao ódio,
Violência destilando ilusões e desesperos.
Hoje quero dizer que sou a violência, o inferno, o céu infernal, o purgatório sem saída.
Hoje quero proclamar que meu Deus é violência e ponto final.

Por que essa violenta loucura?
Por que esta demência buscada, afirmada, proclamada, escrita e falada?
Por que esta montanha de palavras insolentes, violentas, asfixiantes, revoltantes?
Por que esta raiva, este desespero, este desencanto?

Deixem-me ser violência, deixem-me sentir corpo com ela...
Deixem-me tocar seu coração, seu âmago presente em tudo...
Deixem-me ser violência...

De repente algo estalou em minha memória.
Lembrei-me que Jesus desceu aos infernos para ressuscitar, aos infernos da dor humana, da rejeição, da injustiça e da violência...
De lá parece que encontrou nova esperança...

De repente percebi, desde o mais profundo de mim mesma um desejo imenso...
Gostaria que desse dilúvio coletivo ou desse inferno de chamas tremendas ou dessa violenta demência global e contagiosa na qual vivemos,
uma *pomba* de muitas cores pudesse chegar com um ramo verde anunciando outra vez o início de um novo mundo. 

¹ Texto composto a partir das Lamentações de Jeremias.

Para superar a violência

Koinonia participará, no início de julho, de debate a ser realizado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – Alerj com o tema **Paraíso fiscal e erradicação do plantio da maconha**. O evento reunirá representantes da OAB, da receita Federal e jornalistas, e servirá como subsídio para discussões em curso na casa sobre projetos de lei que visam combater a violência urbana e o tráfico de drogas.

Koinonia integrou-se à **Rede Alerta contra o Deserto Verde**. A entidade reúne um conjunto de cerca de 70 entidades do movimento social – ONGs, associações profissionais, ambientalistas, movimento negro, trabalhadores rurais, etc. – do Rio de Janeiro, Espírito Santo, sul da Bahia e Minas Gerais e se propõe a discutir os impactos socioambientais e econômicos da expansão da monocultura do eucalipto. O 3º Seminário realizado pela Rede, em maio último, no Espírito Santo,

discutiu o zoneamento agro-ecológico do Espírito Santo, a CPI da Aracruz Celulose, os impactos dos eucaliptais sobre as comunidades indígenas, negras rurais e camponesas em geral nos estados que compõem a rede e a entrada da Aracruz Celulose no norte do estado do Rio de Janeiro, introduzindo o plantio da monocultura do eucalipto.

Terreiros de candomblé atendidos pelo Projeto Egbé – Territórios Negros de Koinonia reuniram-se em 20 de abril e debateram o **crescimento da intolerância religiosa por parte de algumas igrejas pentecostais** contra o candomblé em Salvador. As agressões, muitas delas na periferia e na mídia, não têm repercutido em iniciativas de garantia dos direitos de liberdade religiosa por parte dos poderes públicos. Esses terreiros decidiram dar início a articulações de uma Campanha Contra a Intolerância Religiosa que congregue



ecumenicamente todos os setores da sociedade.

Com duração entre 23 de maio e 15 de agosto do corrente, o CECA está promovendo um **programa de capacitação para lideranças femininas do Vale dos Sinos**. Temas como Gênero e Desenvolvimento, Saúde da Mulher, Legislação, Participação Social, Direitos Humanos, entre outros, serão debatidos em sete oficinas. O Curso oportunizará a capacitação para o exercício da cidadania consciente numa sociedade que cada vez mais exclui pessoas que não se enquadram no perfil de consumidores, típicos de uma sociedade de mercado. Participarão como assessores do Curso professoras da Unisinos, representantes da Secretaria estadual de Saúde, bem como advogadas.

O Programa Fé e Cidadania do CECA está preparando para o dia 10 de agosto um Seminário sobre a ALCA, como parte

A DÉCADA PARA SUPERAR A VIOLÊNCIA É UMA GRANDE CONVOCAÇÃO PARA QUE AS PESSOAS DE BOA VONTADE E INSTITUIÇÕES SE UNAM MEDIANTE A DIGNIDADE HUMANA PARA O RESGATE DO PROFETISMO BÍBLICO: "A JUSTIÇA PRODUZIRÁ A PAZ" (ISAÍAS 32,17).

do processo de mobilização ecumênica que terá como ponto alto uma consulta popular, no mês de setembro. O Seminário levantará a **história do ideário de união latino-americana e as iniciativas das nações do mundo rico em inibir essa consciência continental**. Será analisada a idéia de Mercado Comum e o que está por trás de seus propositores. Também se estudarão as possíveis conseqüências de um acordo dessa natureza e de seus reais beneficiários. Com essa iniciativa, o CECA contribui para a mobilização da comunidade do Vale do Rio dos Sinos na luta contra o monopólio econômico por parte de Washington, sob a desculpa da modernidade e agilidade do mercado.

A Comissão do CONIC "Ação Ecumênica de Mulheres" promove importante encontro. No dia 27 de junho mulheres de diversas confissões reuniram-se na Igreja



Presbiteriana Unida do Jardim das Oliveiras, São Paulo para refletir sobre o tema: **Superar a Violência e promover a dignidade humana**. Celebrações, convivências e estudo, tudo esteve sob a temática escolhida.

A UCB se integra na Campanha Década para Superar a Violência. A Missão da UCB objetiva atuar solidária e efetivamente para o desenvolvimento da pessoa humana em seu processo de formação, promovendo um saber engajado. Enfrenta o desafio de vivenciar, no meio acadêmico e social, a prática da paz e da comunhão do saber alicerçado em princípios éticos e cristãos.

A preocupação pela paz no momento histórico que vivemos é, sem dúvida nenhuma, unanimidade entre todos os movimentos que procuram construir uma nova convivência humana. Inúmeras são as iniciativas que trabalham no sentido de dar mais consistência à luta pela paz.

É neste sentido que a UCB abraçou a campanha para

Superar a Violência e se soma aos esforços em defesa da Dignidade Humana e da Paz.

"Dentro dessa visão e contexto político e eclesial, propomos refletir sobre a convivência da UCB também, com suas peculiaridades, se engajar acadêmica e pastoralmente na construção de uma **cultura da paz durante essa década**.

Isso significa agregar ao compromisso da formação integral da pessoa humana e da sociedade, através de um projeto de desenvolvimento sustentável próprio da Missão Institucional da UCB, o objetivo precípua de contribuir na construção da cultura da paz se juntando a todas as pessoas de boa vontade".

CESE estimula superação da violência com a Campanha Primavera para a Vida 2002. Estimular os laços de solidariedade entre as pessoas para a superação da violência enraizada no cotidiano do Brasil. Este é um dos objetivos da **Campanha Primavera para a Vida 2002** que a CESE realizará de 15

a 22 de setembro. A campanha tem abrangência nacional, mas as atividades estarão concentradas em três cidades desta vez: Salvador (BA), Vitória (ES) e Erechim (RS). O tema escolhido para esta edição é **Semear Solidariedade e Paz** e busca estabelecer um vínculo lógico com a Década para Superar a Violência, empreendida pelo CMI. Mais informações: www.cese.org.br/campanha.

Curso de Verão ano XVI. A expressão máxima que caracteriza o Curso de Verão realizado pelo CESEP já a caminho de sua 16ª edição programada para 6 a 18 de Janeiro de 2003 na PUC de São Paulo com o tema **Saúde: cuidar da vida e da integridade da criação** é trabalho voluntário. São mais de 150 pessoas que oferecem seu trabalho nas equipes de saúde, alimentação, hospedagem, secretaria, monitoria, metodologia, liturgia, animação e assessoria.

Participar voluntariamente deste mutirão de formação popular e ecumênica e atender um público

de 600 cursistas todos os anos tem sido a forma que estas pessoas encontraram de "superar a violência". Para quem quiser participar do Curso ou do trabalho voluntário, entrar em contato através do e-mail: verao@cesep.org.br

NOMES E SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio da América

CECA – Centro Ecumênico de Evangelização Capacitação e Assessoria

CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CESEP – Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular

CMI – Conselho Mundial de Igrejas

CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs

II FSM – Fórum Social Mundial/2000

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

RAIO – Recurso Audiovisual Interativo

UCB – Universidade Católica de Brasília

Anjos

Eu nunca vi um anjo. Olhos que vêem anjos são olhos especiais, dádivas dos deuses, não são todos que os possuem. Eu não sou um deles. Mas os deuses me dotaram de um outro órgão para sentir os anjos: o nariz. O nariz é o meu órgão angelical. Eu não vejo anjos. Eu cheiro anjos. Para mim os anjos são seres nasais. Eles se me revelam sob a forma de perfumes. Vou andando solidamente pela rua, imerso em meus pensamentos comuns. Repentinamente, uma súbita fragrância enche a minha alma. Fico leve, perco a solidez, crescem-me asas nas costas e sou instantaneamente transportado para um não-sei-lá-onde onde fui feliz. Aquela felicidade perdida me é devolvida. Como o acontecido não foi resultado de coisa que eu tenha feito, não

acho descabido imaginar que o responsável tenha sido um anjo perfumado, meu amigo.

Minha educação angelical começou muito cedo. Tomei minhas primeiras lições num salão de barbeiro. Havia lá uma folhinha que a todos comovia e tranqüilizava: uma paisagem bucólica, um menino e uma menina, irmãozinhos, pés descalços, pelas trilhas da floresta, sozinhos, prestes a atravessar uma frágil pinguela sobre um abismo: tão fácil cair. Mas não havia razões para temer. Protegia-os um anjo de beleza máscula e brancas enormes asas. Com um quadro daqueles na parede os pais e as mães podiam dormir tranqüilos. Era o Anjo da Guarda que, ao que me consta, continua a guardar as crianças que atravessam pontes nas florestas.

Numa loja de sírios aprendi sobre os pés dos anjos. O senhor humilde se aproximou do balcão e pediu: "Um pé-de-anjo número 29".

Logo o seu Nagib atendeu à ordem do freguês, trazendo-lhe um par daquilo a que hoje se dá o nome de tênis. Pé-de-anjo era tênis. É fácil compreender por quê. O maior orgulho dos pais beatos era que a filha desfilasse na procissão vestida de anjo, o que era o terror dos patos cujas penas seriam arrancadas sem dó nem piedade para a confecção das asas dos seres celestes. Inúteis eram os grasnados dos patos: não há Anjos da Guarda para protegê-los. Branca a grinalda, brancas as asas, branco o vestido – os sapatos teriam de ser brancos também. Pé-de-anjo...

Depois foi na escola dominical da igreja protestante que eu freqüentava. Me faziam cantar um hino que dizia: "Eu quero ser um anjo/ um anjo do bom Deus/ e imitar na terra/ os anjos lá do céu." Foi então que se manifestou minha



César Lapa

vocação para a heresia. Pensei que o hino estava errado: se Deus me fizera menino era porque ele queria que eu fosse menino. O hino era, assim, uma rebelião contra a vontade divina. Deus queria que eu fosse menino e os religiosos eram mais piedosos que o próprio Deus e queriam que eu fosse anjo. Eu não queria ser anjo pois achava que vida de anjo deve ser muito chata.

Depois, aprofundi meus conhecimentos angeológicos na leitura dos poetas. Está lá num dos poemas de Fernando Pessoa: "Que anjo, ao ergueres a tua voz, sem o saberes, veio baixar sobre esta terra onde a alma erra e soprou as brasas de ignoto lar?" Disso sabia o poeta: que os lares perdidos não são perdidos. Estão sob a guarda dos anjos que moram na memória. Lá os lares ignotos vivem como brasas escondidas sob as cinzas do esquecimento. Mas os anjos da memória não deixam que eles sejam esquecidos. Vez por outra batem as suas asas, a cinza voa, as brasas viram fogo. Sobre isso sabe a psicanálise, muito embora ela tenha pudores de chamar os anjos pelo seu nome próprio e tenha inventado outros. Mas o nome não importa: tudo é anjo.

Rilke foi meu outro professor. Para ele os anjos são seres terríveis, muito diferentes daquele que seguia as duas crianças pelas inocentes trilhas da floresta. Suas *Elegias de Duíno* se iniciam com uma invocação de Anjos surdos. "Quem, se eu gritasse, entre as legiões dos Anjos me ouviria? E mesmo que um deles me tomasse inesperadamente em seu coração, aniquilar-me-ia sua existência demasiado forte. Pois que é o Belo senão o grau do Terrível que ainda suportamos e que admiramos porque, impassível, desdenha destruir-nos? Todo Anjo é terrível."

Esse texto está carregado de mistérios que o espaço não nos deixa investigar. Basta ouvir sua exclamação pavorosa: "Todo Anjo é Terrível!"

Com isso concordaria Jacó, filho de Isaque, puro medo da cabeça aos pés. Ele ia andando por um caminho invocando a proteção do Anjo da Guarda. Era noite escura. E o Anjo lhe apareceu – terrível, horrendo, de espada na mão.

"Defenda-se ou o mato", o Anjo disse.

Jacó não teve escolha. Puxou sua espada e lutou com o Anjo a noite toda. E pasmem: venceu. Ao romper da aurora, ao se despedir, o Anjo derrotado lhe disse: "Fui derrotado, mas lhe deixarei uma lembrança, para que você não se esqueça." E num gesto súbito tocou a coxa de Jacó com a sua espada. Jacó ficou manco pelo resto da vida. Nunca mais se esqueceu. A cada mancada ele se lembrava e se sentia valente. E nunca mais teve medo. E até teve de mudar o seu nome para Israel: "aquele que lutou com Deus e prevaleceu".

Por vezes é preciso lutar com o Anjo a noite toda para se ganhar um nome, para se descobrir a própria verdade, enterrada sob as cinzas do medo.

Mas os Anjos de que mais gosto são aqueles que foram fazer uma visita a Abraão e Sara, avós de Jacó. Abraão já era velho, desdentado, flácido, esquecido dos distantes prazeres do amor. Sara, sua mulher, enrugada, seios murchos e compridos, pendurados, velha – só lhe restavam os prazeres da cozinha. E ela estava cozinhando para os dois hóspedes quando ouviu a conversa que se desenrolava na sala. Um deles se pôs a dizer disparates. Com certeza bebera demais. Pois ele afirmou que ela ficaria grávida e teria um filho. Sara teve um ataque de riso – riu tanto que entornou o guisado que preparava. Os visitantes se ofenderam e, como castigo, disseram que o filho que ela iria ter iria se chamar Isaque, que quer dizer "riso".

Esses são os "Anjos das Coisas Impossíveis". São eles que ressuscitam os mortos, engravidam as virgens, fazem brotar fontes nos desertos e florescer as árvores sob a neve, tocam os velhos com a sua espada e coisas imprevistas acontecem.

Mas que perfume mais gostoso! E essa fisgada na coxa! Acho que um Anjo passou por perto! Mas não tenho certeza. Enquanto duvido vou mesmo é empinar uma pipa... ☺

Esta crônica também pode ser lida no livro *Transparências da eternidade*.

SUPLEMENTO ESPECIAL DE TEMPO e PRESENÇA

TEMPO E PRESENÇA 323
Maio/junho de 2002



O SONHO ECUMÊNICO

DIVERSIDADE E
COMUNHÃO

HUMANIDADE
RECONCILIADA

11 a 14 de julho de 2002
Mendes, RJ

PROMOÇÃO

Cebi, Ceca, Cediter, Cese,
Cesep, Clai Brasil, Conic,
GTME, Unipop, Koinonia

ECUMENISMO: UM SONHO INACABADO

*Onde queres Leblon sou Pernambuco
E onde queres eunuco, ganhão
E onde queres o sim e o não, talvez
Onde vês eu não vislumbro razão
Onde queres o lobo eu sou o irmão
E onde queres cowboy eu sou chinês
[Caetano Veloso, *O queres*]*

O ecumenismo morreu! Viva o ecumenismo!

Muitos anunciam o fim do movimento ecumênico internacional, capitaneado pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Após ter completado cinqüenta anos (1998), o movimento teria perdido o fôlego, tanto em decorrência das transformações estruturais Pós-Guerra Fria, quanto em virtude do neoconfessionalismo, assim como devido ao arrefecimento da cooperação internacional. De fato, após as crises decorrentes do fim do socialismo real, do processo de globalização, da vigência do pensamento único, e da multiplicação de diferentes modalidades de fundamentalismo e sectarismo, o espaço eclesiástico e eclesial do movimento ecumênico viu-se seriamente reduzido.

Na verdade esse quadro já vinha se afigurando há muitas décadas; porquanto, em primeiro lugar, as instituições eclesiásticas não tinham encontrado uma alocação adequada para o movimento ecumênico em suas agendas e, em segundo lugar, o próprio movimento nunca logrou uma capilaridade institucional compatível com as exigências de cada país e de cada região. Evidentemente, um movimento que se desejava internacional, com meio século de existência, mas que contava apenas com a militância de alguns e a “teimosia” de organizações paraeclesiásticas, teve a sua sobrevivência constantemente ameaçada.

No caso brasileiro, as instituições eclesiásticas raras vezes conseguiram assumir satisfatoriamente as propostas, as diretrizes e as bandeiras do

CMI; basta olhar o baixíssimo nível de divulgação e discussão das publicações teológicas, das diretrizes e dos documentos oriundos do Conselho no plano das comunidades locais. O mesmo problema sempre se verificou no tocante ao grau de participação (com honrosas exceções que só confirmam a regra) das igrejas nos organismos ecumênicos oficiais. Era como se a vivência e a agenda das igrejas vivessem ao largo dos objetivos ecumênicos, quando não em concorrência com eles.

Por seu turno, os organismos ecumênicos oficiais ou os autônomos sempre careceram de uma infra-estrutura institucional que lhes desse maior respaldo. Haja vista que, num país de dimensões continentais como o Brasil, jamais o CMI contou com uma representação direta, capaz de articular, mobilizar, organizar e mesmo profissionalizar quadros, treinados e aptos a responder às muitas e imensas demandas locais.

No final da 1ª Jornada Ecumênica, foi sistematizado e publicado um rol de demandas e solicitações, todas muito interessantes e bastante exigentes, que só poderiam ser atendidas mediante a profissionalização de pessoas sensíveis ao desafio ecumênico. Os assessores que participaram da mesma Jornada constataram, com pesar, essa lacuna. Estavam todos desejosos de servir mais e melhor, mas não viam meios concretos para tanto. Restava apenas a militância que sobrava do tempo social dedicado à sobrevivência e ao atendimento das agendas particulares das igrejas.

Nos últimos tempos, vimos despontar iniciativas ecumênicas promissoras, como a Campanha da Fraternidade no ano 2000 – sintoma de uma maior participação romano-católica –, porém, muito aquém das necessidades constatadas desde muito tempo. Restam os empenhos localizados e setoriais – confessionais ou não – que não traduzem a grandeza do projeto que, desde sempre, o movimento ecumênico representou e inspirou.

Felizmente, para tristeza de muitos, tais lacunas não decretam o fim do *ecumenismo*. Os militantes, os dirigentes, os movimentos e as organizações sensibilizadas, sempre intuíram que o ecumenismo foi muito mais do que um conjunto de tarefas, realizadas ou não. Antes, trata-se de uma espiritualidade, de uma mundividência e de uma prática que não se deixam aprisionar por estruturas, por melhores ou por mais deficientes que sejam.

O movimento ecumênico exigia planejamento, estratégia e táticas; o ecumenismo exige coragem. O movimento ecumênico exigia diplomacia e boa vizinhança; o ecumenismo requer generosidade. O movimento ecumênico exigia prudência política; o ecumenismo requer condutas proféticas. Entretanto, antes de mais nada, e acima de tudo, por tratar-se de uma espiritualidade, a convicção ecumênica é fruto de uma experiência de *conversão*.

Por tudo isso, com o arrefecimento do movimento ecumênico tal como o conhecíamos, novas oportunidades se abrem para que o ecumenismo retorne seu rumo original. Não há mais como “domesticá-lo” em estruturas eclesiásticas e esquemas oficiais de ampla aceitação. O seu caráter rebelde e inovador persiste, convergindo mais do

que nunca para a dialética produtiva entre o eclesial e o eclesiástico, entre o movimento e a instituição, entre massas e minorias, ou ainda, entre a religião e a fé.

Assim sendo, o espírito que impeliu à realização da 1ª Jornada Ecumênica permanece intacto, porquanto se tem investido numa modalidade *tridimensional* de ecumenismo e se tem buscado pagar o preço por essa escolha, que é o fruto maduro

Os militantes, os dirigentes, os movimentos e as organizações sensibilizadas, sempre intuíram que o ecumenismo foi muito mais do que um conjunto de tarefas, realizadas ou não. Antes, trata-se de uma espiritualidade, de uma mundividência e de uma prática que não se deixam aprisionar por estruturas, melhores ou por mais deficientes que sejam

Fotos Douglas Mansur



Participantes da 1ª Jornada Ecumênica

da experiência acumulada de quadros que estiveram, desde a década de 1960, comprometidos com a intenção teológico-política que o ecumenismo consubstancia. A afirmação da vocação e da perspectiva ecumênicas implica no discernimento do aspecto tridimensional do ecumenismo, ou seja aquele que busca correlacionar a unidade visível dos cristãos, a colaboração dos cristãos com todas as pessoas, movimentos e organizações que lutam em favor da vida, e a busca em favor do diálogo fraterno entre as religiões. Se as circunstâncias e as muitas adversidades impediram que as três dimensões fossem realizadas com igual intensidade, no entanto, paradoxalmente, o panorama atual favorece a realização do sonho ecumênico.

A crise da crise do movimento ecumênico

Os acontecimentos que marcaram as últimas décadas do século XX apresentam desafios de tal magnitude, que nos obrigam a repensar os fundamentos mesmos da empresa civilizatória imposta ao mundo pelos países ocidentais.

[1ª Jornada Ecumênica – documento]

Durante muito tempo, os militantes do movimento ecumênico foram sistematicamente criticados e acusados, quer de burocratas, quer de oportunistas, e até mesmo de “profissionais”. Tais críticas provinham a maior parte das vezes de segmentos eclesiais desconfiados da autonomia e da independência dos que atuavam no movimento. A autonomia lhes era garantida pelos recursos advindos de agências internacionais de cooperação, enquanto a independência lhes era franqueada pelos projetos próprios, desvinculados em boa parte da lógica estritamente eclesial.

A visão restrita desses críticos não lhes permitia discernir que a indigência em que viviam decorria de sua falta de projetos consistentes e consequentes, posto que viviam premidos pela manutenção e pela lógica da reprodução para sobrevivência, eludindo assim idiosincrasias eclesiais travestidas de “missão”. Não percebiam que nos interstícios dos projetos levados a efeito pelo movimento ecumênico, a despeito dos obstáculos materiais e imateriais, os militantes tentavam fa-

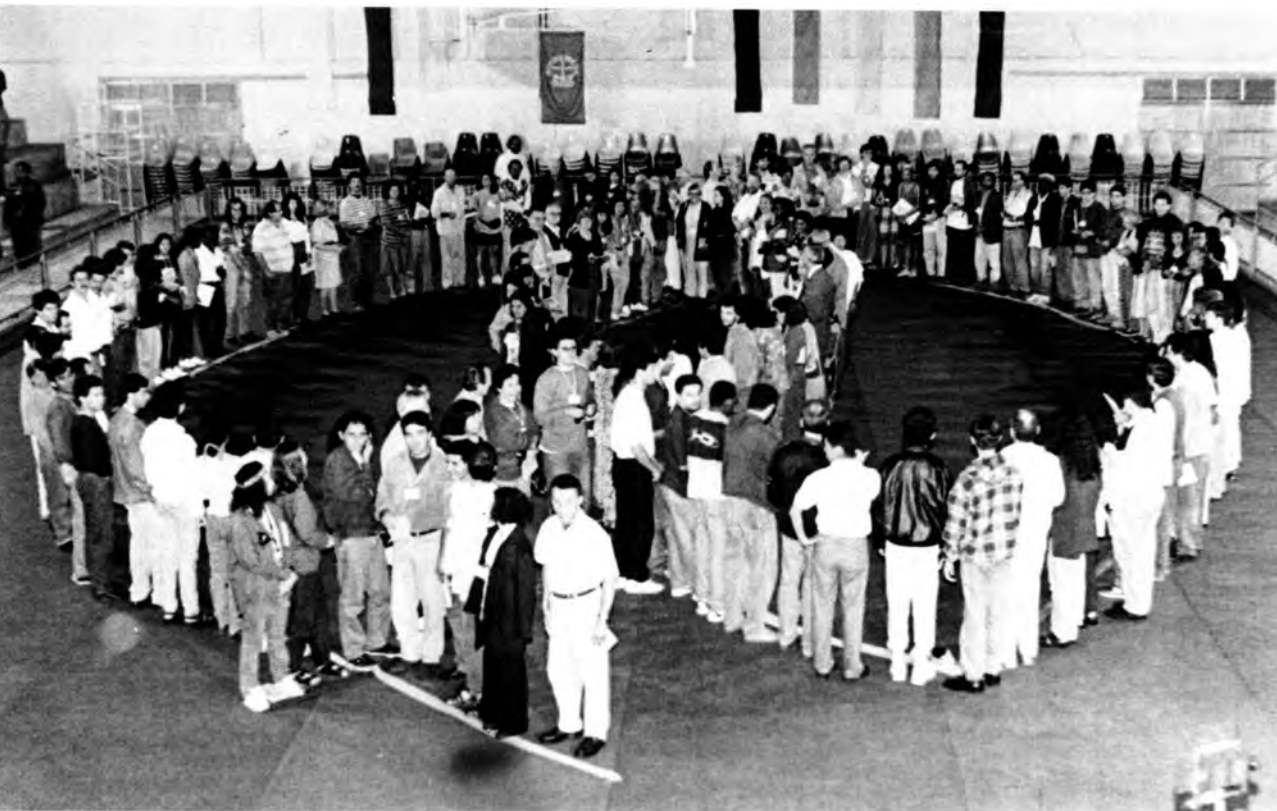
O movimento ecumênico exigia diplomacia e boa vizinhança; o ecumenismo requer generosidade. O movimento ecumênico exigia prudência política; o ecumenismo requer condutas proféticas. Entretanto, antes de mais nada, a convicção ecumênica é fruto de uma experiência de conversão

zer prevalecer a lógica da tridimensionalidade. E que os cooperantes pretendiam implementar ações sociais, realizadas ou não a partir da fé, que implicassem em mudança social.

Isso não quer dizer que os patrocinadores fossem totalmente alinhados aos objetivos ecumênicos. A rigor, faziam parte da lógica da Guerra Fria, ou seja, o importante era implementar projetos que mantivessem os setores populares organizados o mais distantes possível dos horizontes socialistas e revolucionários. Também do lado deles, havia aqueles que se aproveitavam das oportunidades para colaborar no sentido contrário, ou seja, com o processo de transformação em direção a horizontes políticos mais amplos, democráticos e participativos.

Portanto, de ambos os lados, encontrava-se em curso um embate ideológico que dividia vertical e horizontalmente o cenário, o que corrobora a tese de que o ecumenismo, antes de mais nada, é um sonho inacabado que só se realiza a cada passo na luta interminável em favor da implantação e evocação dos sinais do Reino. E mais: que é impossível que tais sinais se implantem, sem que haja ampliação da cultura democrática, da consciência cidadã, e do engajamento pela paz como fruto da justiça. Em verdade, a ação ecumênica, ao mesmo tempo em que incentiva e estimula essas realidades, percebe o genuíno ecumenismo como um resultado delas.

Portanto, o movimento ecumênico, ao longo de décadas, atuou no sentido de fazer prosperar a cultura democrática, a cidadania, a justiça e a paz,



Todas as fotos registram momentos e atividades da 1ª Jornada Ecumênica

por meio do empenho em favor dos direitos fundamentais, por meio da ação cultural, esta última no intuito de demolir tanto os preconceitos, quanto as barreiras ideológicas e simbólicas que apartam pessoas e grupos humanos entre si. Lamentavelmente, tais preocupações não constavam dos planos de trabalho de muitas igrejas, que, ao contrário, navegam o barco ecumênico em outras correntes, que por isso se mantêm turbulento e incapaz de enfrentar sistemas doutrinários, litúrgicos, teológicos e filosóficos que obstaculizam a aproximação, a partilha e a compreensão mútua e, dessa maneira, contribuem para os conflitos, a intolerância, a competição, ou simplesmente para a permanência do atual estado de coisas.

Por tudo isso, a tensão entre a militância ecumênica e o ativismo eclesiástico, foram e permanecem sendo recorrentes. Assim, o enfraquecimento do movimento ecumênico para muitos representa um alívio, para outros tantos, um motivo de alegria, pois estariam fechadas as portas para um tipo incômodo de “profissional”, especializado em

repisar o tema das responsabilidades social, cultural e política dos cristãos e das igrejas. Na verdade, uma avaliação profunda do movimento ecumênico poderá constatar justamente a sua falta de profissionais e o seu *déficit* de institucionalidade como uma das grandes causas de seu recuo.

Contudo, os conflitos derivados da desinformação generalizada, da profusão de ideologias sectárias e excludentes e, sobretudo, a carência de justiça que impede a paz, começam a amedrontar as pessoas em escala planetária. Os atentados terroristas nos Estados Unidos deram conta de confrontar milhões de pessoas com essa problemática latente. Mais do que nunca, o diálogo, a fraternidade, a partilha, a compreensão mútua e a generosidade estão na ordem do dia. Desgraçadamente, somente com o sacrifício de milhares de pessoas, com cobertura via satélite, trouxe à tona essas necessidades absolutamente vitais, que foram e são parte constitutiva do ideário ecumênico.

Portanto, o fim do movimento ecumênico nos moldes até aqui conhecidos, pelos sinais recentes,

é de fato a sua continuidade ao modo de uma fênix, e pode converter-se no preâmbulo para que nasça um novo momento para o ecumenismo. Por esta razão, dentre outras, consideramos oportuna e pertinente a convocação da 2ª Jornada Ecumênica.

Da primeira Jornada

Não, nós não podemos deixar de gritar que decidimos ser Igreja mesmo sem igrejas, embora com igrejas e em igrejas encravadas em todos os corações e em todos os terreiros; e que decidimos ser mulheres e homens que se amam em meio a nossas diversidades de etnias e culturas, porque fomos criados à imagem e semelhança de um Deus que, em Jesus de Nazaré, se fez carne de toda carne, feminina, masculina, com peles vermelhas, morenas, negras, brancas, amarelas, e nos pede o coração.

[Carta de Mendes]

A 1ª Jornada Ecumênica pretendia reunir o maior número possível de representantes da comunidade ecumênica brasileira, para juntos, sob o influxo da imponderável mediação do Espírito da Vida, encontrar novos caminhos e estabelecer compromissos para a consolidação do Ecumenismo no milênio que se aproximava. Entre os dias 11 e 16 de outubro de 1994, na cidade Mendes, no estado do Rio de Janeiro, foi então possível reunir mais de quatrocentos participantes, a maioria entre 26 e 35 anos, majoritariamente leigos, com nível de escolaridade superior, com predomínio da região sudeste, embora todas as regiões do Brasil estivessem representadas, e ainda alguns estrangeiros. Ao serem sistematizadas as sugestões e propostas nascidas das discussões em grupo e das sessões plenárias, foi possível a redação de uma plataforma com quinze itens, a saber: 1) o sistema econômico internacional e suas influências na situação brasileira; 2) obstáculos para o exercício da cidadania; 3) fortalecimento da sociedade civil visando mudanças; 4) elaboração de novas teorias econômicas no intuito de combater a pobreza; 5) perplexidades e refazimento das utopias; 6) recriação do cotidiano e lutas por mudanças estruturais; 7) a busca de paradigmas plurais; 8) igrejas e exclusão; 9) espi-



ritualidade e cultura. 10) a relação do movimento ecumênico com os pentecostalismos e os novos movimentos religiosos; 11) discussão de ética social em face do panorama econômico; 12) os rumos da teologia latino-americana; 13) desafios pastorais; 14) o exercício do poder nas igrejas e na sociedade; 15) ecumenismo e missão.

O clima do evento pôde ser assim resumido:

Espontaneamente, os participantes – como se seguissem os ventos de uma nova teologia – realçaram aspectos que a teologia latino-americana e as igrejas não têm privilegiado. Nos debates, nas celebrações nos plenários, ou após a programação diária lá estavam, não sem tensões, a irreverência, o humor, a festa, o simbólico, a dança, a corporeidade, e demais posturas de transgressão

Assim, surge a necessidade incontornável de uma ética de solidariedade, ocupada em última instância com a efetiva melhoria das condições de vida daqueles que, uma vez excluídos, carecem de dignidade e meios de sobrevivência. Nisso reside o grande desafio para a implantação dos Sinais do Reino na terra brasileira

da ordem, próprias da vivência cotidiana do povo brasileiro. Aos olhos mais ortodoxos pode parecer de valor secundário a transgressão dos poderes rígidos da moralidade religiosa. Mas, somadas à situação de exclusão socioeconômica, tais rupturas correspondem aos desafios concretos de elaboração de uma Teologia da Proscrição. Muitos que participaram da Jornada vivem em verdadeira diáspora, sem encontrar comunidades nas quais possam celebrar autenticamente, pensar com liberdade e servir com despojamento. Refletir sobre tais situações é tarefa urgente para as entidades ecumênicas, centros de formação teológica e demais organizações, após a 1ª Jornada.

Por tudo isso, constatou-se a emergência de uma *transconfessionalidade*, nome conferido à forma de traduzir na atualidade a teoria e a prática ecumênicas. Consistiria numa nova dinâmica da vivência ecumênica em face da transição civilizatória que o mundo experimenta em virtude da globalização econômica, da pós-modernidade cultural e da hegemonia do capitalismo pós-industrial. Assim, surge a necessidade incontornável de uma ética de solidariedade, ocupada em última instância com a efetiva melhoria das condições de vida daqueles que, uma vez excluídos, carecem de dignidade e meios de sobrevivência. Nisso reside o grande desafio para a implantação dos Sinais do Reino na terra brasileira.

A par das recomendações da 1ª Jornada (ainda desatendidas em sua maior parte) no tocante à ação das entidades e das igrejas ecumênicas, tem fica-

do patente nos últimos anos – e mais ainda no presente momento, quando o mundo se encontra ameaçado por uma guerra chamada “contra o terrorismo” mas com desdobramentos imprevisíveis –, a necessidade de adoção de uma nova dinâmica, menos burocratizada, com ênfase nos valores ecumênicos que a todos congregam. Dessa forma, cumpre uma segunda Jornada que privilegie a avaliação das práticas, aponte novos caminhos de atuação, e estreite laços de cooperação.

Para a segunda Jornada

Não é verdade que temos todos o mesmo Pai? Não fomos criados pelo mesmo Deus? Por que, então, enganamos uns aos outros, quebrando assim o acordo que Deus fez com os nossos antepassados?
[Malaquias 2.10]

Mais do que nunca, faz-se urgente o empenho em favor da recuperação da dignidade humana, nas condições atuais, radicalmente renegada. O embate no plano simbólico, contra as ideologias justificadoras da dominação e da exclusão, deve ser incessante. Um lance dessa batalha seria desmascarar e desvelar os valores de cunho religioso (idolátricos) embutidos no cerne do discurso econômico circulante. Qualquer discurso teológico e/ou religioso que pretenda proclamar o Deus de Jesus Cristo, a Justiça, a Paz, e a Integridade da Criação, encontra-se desafiado a confrontar-se com o sistema religioso oculto na ideologia do capitalismo hegemônico.

As lições do Êxodo e dos profetas nos revelam que a idolatria é, em síntese, uma prática que converte os poderes temporais opressores em poderes divinos e libertadores; e com isso, a dominação torna-se legitimada e imperceptível. Assim, a idolatria produz uma compreensão invertida, tanto dos valores, quanto das relações sociais e políticas tal qual se dão efetivamente. É a partir daí que a submissão a um poder dominador pode transformar-se num verdadeiro culto.

A vocação e a identidade ecumênicas precisam ser reafirmadas, na superação contínua dos limites institucionais. Tendo vencido as etapas do chamado “ecumenismo de base” (anos de 1970), e a



da partilha nas lutas democráticas (anos de 1980), defrontamo-nos, neste início de século e de milênio, com desafios culturais e religiosos sem precedentes. Tais desafios podem ser considerados situações-limite, posto que exigem novas formulações que dêem conta das expressões diversas e plurais da busca pela transcendência. Vale advertir que nessa busca não estão ausentes as manifestações do preconceito, do dogmatismo e da intolerância.

Nesse quadro, a ação cultural torna-se inestimável, porquanto possui a capacidade de fundamentar e estimular os esforços de criatividade de pessoas e grupo, tanto no enfrentamento de problemas inéditos manifestos na realidade atual, quanto na formulação de novos instrumentos teóricos eficazes para uma melhor interpretação dos mesmos problemas.

Como indicam os relatórios de diferentes organizações nacionais e internacionais, os direitos humanos continuam sendo desrespeitados com frequência no Brasil. Tais relatórios registram massacres, genocídios, a situação calamitosa dos presidiários, e a dramática condição dos portadores do vírus HIV que dependem do sistema público de saúde. Acreditamos que nossa vocação ecumênica exige de nós a soma de esforços com movi-

Assim, a idolatria produz uma compreensão invertida, tanto dos valores, quanto das relações sociais e políticas tal qual se dão efetivamente. É a partir daí que a submissão a um poder dominador pode transformar-se num verdadeiro culto

mentos e instituições quer tenham como objetivo o cumprimento dos acordos internacionais relativos aos direitos humanos. Será impossível a implantação de uma genuína cultura democrática se as organizações e consciências individuais não pautarem suas ações pelo devido respeito aos direitos fundamentais.

Devemos assumir a universalidade e a indissociabilidade do conjunto dos direitos econômicos, sociais, culturais, ambientais, civis e políticos que constituem o arcabouço dos direitos humanos fundamentais. Se no passado recente a evocação dos direitos humanos era considerada uma atitude subversiva, hoje é uma das alavancas para ações em favor da consolidação da cidadania. A reflexão e a ação em favor dos direitos humanos fundamentais, são imprescindíveis para a formulação de modelos de desenvolvimento e de participação democrática. A resistência social e cultural (gênero, geração, etnia, e raça) emerge cada vez mais como conquista e afirmação de direitos.

Tendo como referência os direitos humanos, uma das violações que nos dizem respeito diretamente é o não reconhecimento do direito à diferença na profissão do credo religioso. Trata-se de um elemento constitutivo da identidade ecumênica, o respeito às religiões e suas respectivas expressões cúlitas. Com efeito, não podemos aceitar que nenhuma confissão religiosa busque a hegemonia no campo religioso, em detrimento das demais. Nessa direção, a prática ecumênica comporta a denúncia e a exigência de regulação de todas as manifestações de intolerância religiosa que, lamentavelmente, vêm se intensificando nos últimos tempos.

A violência racial faz parte de nossa realidade. Atinge dramaticamente os jovens, principalmente, das classes populares. Enfrentar esta realidade constitui-se um desafio para todos aqueles que direta ou indiretamente, estão envolvidos no processo educativo destes jovens.

O Setor de Análise e Assessoria a Projetos, Saap/ Fase, com a expectativa de contribuir para o fortalecimento dos grupos e/ou pequenas instituições com os quais já estabeleceu algum tipo de relação e pelo compromisso que tem no enfrentamento da discriminação racial, em parceria com AMMA PSIQUE e NEGRITUDE, promoveram um seminário que teve o objetivo de sensibilizar e disponibilizar recursos práticos e teóricos para educadores lidarem com situações de violência racial vividas no âmbito de seu trabalho social. Esta cartilha é resultado deste seminário.

INFORMAÇÕES

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Rua das Palmeiras, 90 Botafogo

22270-070 Rio de Janeiro RJ

Tels (21) 2286-1441/2286-5474/2286-1419

Fax (21) 2286-1209



VIOLÊNCIA RACIAL **Desafio para** **educadores populares**

SÉRIE TROCANDO IDÉIAS



**Soberania
sim!
ALCA
não!**

CAMPANHA JUBILEU SUL /AMÉRICAS POR UM MILÊNIO SEM DÍVIDAS!

Plebiscito sobre a ALCA

O que é a ALCA e para que um plebiscito?

ALCA quer dizer Área de Livre Comércio das Américas. É um tratado internacional, a ser firmado entre os países do continente americano, para a criação de uma zona de livre comércio. Este acordo foi idealizado pelos Estados Unidos que detêm mais de 80% do Produto Interno Bruto (PIB) do continente. Sua intenção é aumentar sua zona de influência no continente e recuperar sua economia.

A adoção da ALCA extremamente prejudicial ao Brasil e aos demais países da América Latina cujas economias emergentes terão que concorrer com igualdade de condições com a economia norte-americana. Além do mais, o acordo significará uma total perda de soberania destes países por força do cumprimento dos acordos internacionais.

As negociações sobre o acordo tiveram início em 1994 e têm prazo previsto para conclusão em 2005. Elas são realizadas por integrantes da área econômica sem qualquer consulta à sociedade ou ao Congresso Nacional, atuando na defesa dos interesses dos grandes grupos econômicos

Considerando as graves conseqüências para o povo brasileiro, as organizações da sociedade civil resolveram fazer uma grande consulta popular sobre se o Brasil deve participar da ALCA. Este plebiscito será realizado de 1 a 7 de setembro em todo o Brasil. Outros plebiscitos serão realizados em vários países do continente, buscando esclarecer sobre a ALCA e incentivar a sociedade a reagir a sua implantação.

No Brasil, o plebiscito está sendo coordenado pela Campanha Jubileu Sul/Américas que é a continuidade da campanha internacional do Jubileu 2000, uma coalizão de igrejas, sindicatos, organizações não-governamentais e cidadãos que entendem que o processo de endividamento dos países do Terceiro Mundo é injusto e está inviabilizando sua existência e sobrevivência.

No ano de 1999 a campanha organizou o Plebiscito Nacional da Dívida Externa, quando mais de 6 milhões de brasileiros em sua quase totalidade disseram não à dívida, apontando a necessidade de realização de uma auditoria. Como conseqüência, um Projeto de Lei neste sentido tramita no congresso nacional. Da mesma forma, um outro projeto de plebiscito oficial sobre a ALCA também está tramitando naquela casa.

Entidades que estão participando da campanha do plebiscito:

ADETFA – Associação dos Docentes da Escola Técnica Federal de Química

AEPET – Associação dos Engenheiros da Petrobrás

AMES – Associação Municipal de Estudantes Secundaristas

ASSIBGE – Sindicato Nacional do IBGE

Associação de Moradores de Neves – São Gonçalo

Associação de Moradores do Bairro de Três Corações – Nova Iguaçu

ATTAC – Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos

CAMTRA – Casa da Mulher Trabalhadora

Consulta Popular

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FISENGE – Federação dos Sindicatos dos Engenheiros

IDEPS – Instituto de Desenvolvimento de Estudos Políticos e Sociais

MLS – Movimento de Lutas Sociais

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

MUP – Movimento Universidade Popular

PACS – Políticas Alternativas para o Cone Sul

SEEBRJ – Sindicato dos Bancários

SENGE – Sindicato dos Engenheiros

SEPE – Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação

SINDECON – Sindicato dos Economistas

SINDCORREIOS – Sindicato dos Trab. Correios

SINDIPETRO – Sindicato dos Petroleiros

SINDIPERJ – Sindicato dos Despachantes Públicos

SINDQUIMICA – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química

SINTERGIA – Sindicato dos Trabalhadores das Empresas Energéticas

SINTRASEF – Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal

SINTSAMA – Sindicato dos Trabalhadores de Saneamento e Meio Ambiente

TRAQUIMFAR – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica

UBES – União Bras. de Estudantes Secundaristas

UEE – União Estadual dos Estudantes

UNE – União Nacional dos Estudantes

PT – Partido dos Trabalhadores

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

SECRETARIA DA CAMPANHA

Av. Rio Branco, 277/17º andar 2220-0174 Rio de Janeiro RJ